

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola de Formação de Professores e Humanidades
Mestrado Acadêmico em História**

O olhar do outro: a arte rupestre de Palestina de Goiás
e a comunidade local

FERNANDA FONSECA CRUVINEL DE OLIVEIRA

Orientadora: Sibeli Aparecida Viana

GOIÂNIA
2016

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola de Formação de Professores e Humanidades
Mestrado Acadêmico em História**

**O olhar do outro: a arte rupestre de Palestina de Goiás
e a comunidade local**

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
História Cultural, da Pontifícia
Universidade Católica de
Goiás, para obtenção do título
de Mestre em História.

FERNANDA FONSECA CRUVINEL DE OLIVEIRA

Orientadora: Sibeli Aparecida Viana

Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e Territorialidades

GOIÂNIA
2016

O48o Oliveira, Fernanda Fonseca Cruvinel de
O olhar do outro [manuscrito] : a arte rupestre de
Palestina de Goiás e a comunidade local / Fernanda
Fonseca Cruvinel de Oliveira.-- 2016.
103 f. ; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO
SENSU em História, Goiânia, 2016

Inclui referências, f. 100-103

1. Arte pré-histórica - Goiás (Estado). 2. Arqueologia
- Goiás (Estado). I.Viana, Sibeli A - (Sibeli Aparecida).
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III.
Título.

CDU: 7.031.1(043)

**O OLHAR DO OUTRO: A ARTE RUPESTRE DE PALESTINA DE GOIÁS E A
COMUNIDADE LOCAL**

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS, DEFENDIDA EM 05 DE MAIO DE 2016 E APROVADA PELA
BANCA EXAMINADORA.

Banca Examinadora:

Sibeli A. Viana

Dra. Sibeli Aparecida Viana / PUC Goiás (Presidente)

Eduardo Gusmão de Quadros

Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás

Camila A. de Moraes Wichers

Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers / UFG

Dra. Deusa Maria R. Boaventura / PUC Goiás (Suplente)

Dra. Thais Alves Marinho / PUC Goiás (Suplente)

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Enquanto ela dormia, eu escrevi este trabalho. Ela, minha filha, meu bebê, meu amor. Eu escrevi enquanto ela dormia para não ter de abrir mão do nosso tempo juntas. Quando o cansaço batia forte, o desespero batia junto. Realmente achei que não ia conseguir, mas então, como tantas mulheres que se esforçam na luta vã para tentar ser mãe como se não trabalhassem e trabalhar como se não fossem mães, consegui (da melhor maneira que pude), aos trancos, barrancos e atrasos, conciliar maternidade, trabalho e dissertação. Então eu agradeço a Deus por ter me dado força para superar as dificuldades.

Agradeço também a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, pela compreensão e por tornar possível que galgasse mais um degrau na minha formação acadêmica.

Agradeço imensamente à minha orientadora, e amiga, Sibeli Aparecida Viana, cuja orientação, correções e apoio foram imprescindíveis.

Aos moradores da região do Córrego do Ouro, município de Palestina de Goiás, que foram a essência deste trabalho, principalmente a Dona Ana e Seu Abraão, pelo carinho, hospitalidade e informações valiosas.

Agradeço à minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Em especial aos meus pais, Sonia Helena da Fonseca e Maurício Cruvinel de Oliveira, pelo apoio emocional e financeiro, e ao meu marido, Rafael Hernandez Soares, que pacientemente leu meu trabalho e me deu algumas sugestões. E a minha prima Maria Eugênia que me socorreu em um sufoco de última hora.

Aos meus amigos, sobretudo aos que me ajudaram diretamente neste trabalho, Cristiane Loriza Dantas, Marcelo Yuri de Oliveira e professora Mariza de Oliveira Barbosa.

E um agradecimento especial pelo apoio das minhas parceiras nas venturas e desventuras da maternidade, Mayara Cruvinel de Oliveira e Carolina Torres Borges.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa trabalha o entendimento da comunidade rural de Palestina de Goiás a respeito da arte rupestre local, traçando um paralelo entre a interpretação científica e a interpretação da comunidade, com o intuito de relativizar o conceito de patrimônio cultural e arqueológico assim como o alcance social das construções científicas. Para tanto foram realizadas entrevistas, seguindo metodologia semiestruturada e análise qualitativa dos dados. A análise das diferentes narrativas confronta a visão unilateral da ciência, assim como valoriza outros saberes e interpretações.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Rupestre, Palestina de Goiás, Comunidade Local, Interpretações, Narrativas.

ABSTRACT

This research work understanding the rural community of Palestina de Goiás about the local rock art, drawing a parallel between scientific interpretation and the interpretation of the community , in order to relativize the concept of cultural heritage and archaeological as well as the social impact scientific constructions. Therefore interviews were conducted , following semi-structured methodology and qualitative analysis . The analysis of the different narratives confronts the unilateral view of science , as well as other knowledge values and interpretations .

KEYWORDS: Rock art, Palestina de Goiás, Local Community, Interpretations, Narratives.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE PALESTINA DE GOIÁS.	12
FIGURA 2: MAPA DE ÁREAS PESQUISADAS PELO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO DE GOIÁS.	18
FIGURA 3: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS.	19
FIGURA 4 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO TORRES DO RIO BONITO	20
FIGURA 5 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO DO CÔRREGO DO OURO	21
FIGURA 6: PLACA DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.	27
FIGURA 7: OFICINA DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO COM A TEMÁTICA DA ARTE RUPESTRE REGIONAL.	30
FIGURA 8: ENTREVISTA COM JOÃO MARCIANO DOS SANTOS, 80 ANOS DE IDADE.	40
FIGURA 9: ENTREVISTA COM ANA GABRIELA DA SILVA, 8 ANOS DE IDADE.	41
FIGURA 10: CACHOEIRA DE PALESTINA DE GOIÁS.	46
FIGURA 11: UTM'S DAS FAZENDAS DOS INTERLOCUTORES.	49
FIGURA 12: MATERIAL DE APOIO DAS ENTREVISTAS.....	53
FIGURA 13: PINTURAS DO SÍTIO GO-CP 16 GRIFADAS.	53
FIGURA 14: SÍTIO GO-CP 16.....	54
FIGURA 15: VISTA FRONTAL DO PAREDÃO DO SÍTIO GO-CP 16	56
FIGURA 16: REPRESENTAÇÕES DA PAREDE A	57
FIGURA 17: REPRESENTAÇÕES DA PAREDE A	58
FIGURA 18: REPRESENTAÇÕES DA PARTE SUPERIOR DA PAREDE B.....	59
FIGURA 19: REPRESENTAÇÕES DA PARTE SUPERIOR DA PAREDE B.....	60
FIGURA 20: REPRESENTAÇÕES DA PARTE SUPERIOR DA PAREDE B.....	61
FIGURA 21: REPRESENTAÇÕES DA PARTE INFERIOR DA PAREDE B	62
FIGURA 22: REPRESENTAÇÕES DA PARTE INFERIOR DA PAREDE B.	63
FIGURA 23: REPRESENTAÇÕES DA PARTE INFERIOR DA PAREDE B	64
FIGURA 24: PINTURAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO GO-CP16.....	65
FIGURA 25: MORADORES LOCAIS ENTREVISTADOS.	67
FIGURA 26: ENTREVISTA COM DONA ANA FRANCISCA E SEU ABRAÃO	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO ABORDANDO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO DE PALESTINA DE GOIÁS.	34
QUADRO 2: SIGNOS ATUAIS E SIGNOS RUPESTRES	37
QUADRO 3: INTERLOCUTORES SELECIONADOS.	52
QUADRO 4: PANORAMA GERAL DAS ENTREVISTAS.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: NÚMERO DE ESCOLAS POR NÍVEL.....	43
GRÁFICO 2: MATRÍCULAS POR NÍVEL.....	43
GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE EVANGÉLICOS NO BRASIL E EM PALESTINA DE GOIÁS, 2010.....	44
GRÁFICO 4: ATIVIDADES ECONÔMICAS DE PALESTINA DE GOIÁS.....	46
GRÁFICO 5: PESSOAS QUE SABIAM E NÃO SABIAM O QUE SIGNIFICAM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E ARTE RUPESTRE.	68
GRÁFICO 6: ORIGEM DA ARTE RUPESTRE SEGUNDO OS INTERLOCUTORES.	69

Sumário

RESUMO.....	7
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE GRÁFICOS	8
INTRODUÇÃO	10
1. BREVE HISTÓRICO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NA REGIÃO DE PALESTINA DE GOIÁS	16
1.1. PROJETO ALTO ARAGUAIA	19
1.2. ANÁLISE DO SISTEMA TECNOLÓGICO DAS INDÚSTRIAS LÍTICAS PRÉ-HISTÓRICAS RECUPERADAS PELO PROJETO ALTO ARAGUAIA	23
1.3. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO SUDOESTE DE GOIÁS.....	24
1.4. PRÉ-HISTÓRIA DE PALESTINA DE GOIÁS	24
1.5. AÇÕES EDUCATIVAS EM PALESTINA DE GOIÁS	25
1.5.1. <i>Projeto de regularização do uso turístico do patrimônio arqueológico na região do município de Palestina de Goiás.....</i>	<i>26</i>
1.5.2. <i>Programa de Educação Patrimonial do Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás</i>	<i>28</i>
1.6. PESQUISAS DE CONTRATO NA REGIÃO DE PALESTINA DE GOIÁS.....	31
1.7. TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO SOBRE REGIÃO DE PALESTINA DE GOIÁS	32
2. METODOLOGIA, PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS	35
2.1. METODOLOGIA E PESQUISA DE CAMPO	35
2.1.1. <i>Caracterização geral do município de Palestina de Goiás</i>	<i>42</i>
2.1.2. <i>Seleção dos interlocutores</i>	<i>47</i>
2.1.3. <i>A arte rupestre do sítio GO-Cp-16</i>	<i>54</i>
2.2. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	66
3. ANÁLISE TEÓRICA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	79
3.1. PARÂMETROS DE ANÁLISE DAS DIFERENTES VISÕES SOBRE A ARTE RUPESTRE	81
3.1.1. <i>Grupo 1: produtores e/ou usuários.....</i>	<i>83</i>
3.1.2. <i>Grupo 2: os pesquisadores</i>	<i>85</i>
3.1.3. <i>Grupo 3: comunidade de Palestina de Goiás</i>	<i>91</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

Introdução

Nas oportunidades em que trabalhei com educação patrimonial voltada para o patrimônio arqueológico pude notar que o entendimento das pessoas sobre arqueologia é geralmente muito fantasioso. Este fato me motivou a atuar com uma comunidade que vivesse no mesmo espaço onde se inserem sítios arqueológicos, para analisar a interação e o entendimento de um determinado grupo com o patrimônio cultural arqueológico local.

Como objeto para a presente pesquisa foi escolhida a comunidade rural do município de Palestina de Goiás e o objetivo foi entender, por meio de histórias, diálogos e entrevistas, como estas pessoas compreendem e se relacionam com este patrimônio cultural e qual o sentido das manifestações rupestres para sua vida social, cultural e religiosa. Trata-se de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Educação Patrimonial¹ do projeto *Patrimônio Arqueológico do Sudoeste de Goiás*.

A educação patrimonial recebe foco nos vários segmentos que compõem o patrimônio cultural, pois a educação, formal ou informal, é um dos canais pelos quais se viabiliza a preservação dos bens culturais. Nessa perspectiva, tratar da educação patrimonial em projetos de arqueologia exige que pensemos este tema voltado para esta categoria do “patrimônio arqueológico”.

Falar de uma educação patrimonial para os projetos de arqueologia exige uma reflexão que vai além de comunicar os resultados da pesquisa ou apresentar propostas engessadas. Dessa forma, concordamos com a abordagem de Londres (2012, p.18), quando diz:

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimento. Ele deve ajudar na construção do tempo e do espaço, a desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir da descoberta do outro.

Ainda sobre esse assunto, refere Florêncio (2012, p. 24):

¹ A coordenação setorial do programa de educação patrimonial foi exercida pela arqueóloga Cristiane Loriza Dantas e a coordenação-geral do projeto por Sibeli Aparecida Viana.

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e estar no mundo.

Consideramos que a educação patrimonial visa, dentre outros propósitos, reforçar a relação de afeto da comunidade pelo patrimônio, desencadeando um processo de reconhecimento da população ao patrimônio cultural. Assim, entendemos que a atuação do arqueólogo junto com profissionais de áreas afins, centrados no campo do patrimônio cultural, pode levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, valorização e apropriação de suas heranças culturais.

Diante das colocações para se tratar do tema no âmbito dos projetos de arqueologia é necessário que arqueólogos estejam dispostos a adentrar um processo de vivência junto à comunidade. Nessa perspectiva é que colocamos em discussão os conceitos da Arqueologia Pública:

A Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa dentro da disciplina, a Arqueologia Pública é inerente ao exercício da profissão. (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 9).

Um programa de Arqueologia Pública pode, além de promover o conhecimento advindo dos resultados das pesquisas arqueológicas, criar uma interação da comunidade com outros núcleos e, assim, ampliar a rede de significação do patrimônio cultural. O desenvolvimento de ações focadas na Arqueologia Pública traz como premissa conhecer o outro e suas relações com os bens culturais. Desse modo, assume para si um papel político, tendo em vista a sua função de trazer a comunidade para todo o processo de investigação e gerenciamento dos bens culturais (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003).

Entendemos que para a promoção da preservação é necessário criar um processo de reconhecimento. E o primeiro passo consiste em entrar em contato com a comunidade, pois quem define seus pontos de referências e identidades são os próprios grupos. O papel do profissional nesse processo

reside em ouvir e tentar compreender a forma como essa comunidade se relaciona e dá sentido aos bens culturais. É a partir desse processo que se torna possível a geração de elementos que justifiquem sua preservação, baseada na integração social.

Assim, com base nesses princípios, a presente pesquisa se propõe a estabelecer um diálogo com a comunidade rural de Palestina de Goiás. Essa comunidade reside no interior de um dos mais importantes complexos de sítios arqueológicos do país. Nessa região há variados tipos de vestígios, como líticos, cerâmicos, ósseos, de arte rupestre etc. Como a arte rupestre é a de maior visibilidade e, segundo Prous (1992, p. 509), é “um dos temas mais populares entre os leigos”, optamos por trabalhar com ela em nosso estudo. Vale assinalar que os demais vestígios arqueológicos nem sempre são tão facilmente identificáveis como a arte rupestre.

A região de Palestina de Goiás se localiza no sudoeste do estado de Goiás, limítrofe com os municípios de Ivolândia, Caiapônia e Arenópolis, conforme mapa que segue (Figura 1):



Figura 1: Mapa de localização de Palestina de Goiás.

Com esta pesquisa também pretendemos colocar em pauta a discussão sobre a visão positivista e unilateral da ciência. Se de fato acreditamos que a

ciência não é a única forma de conhecimento, trabalhar com outras perspectivas e levar em consideração outros olhares podem ser atitudes importantes para a desconstrução dos paradigmas positivistas da ciência. Assim como podem ser de grande valia para aproximar da realidade desses moradores os resultados das pesquisas realizadas nos sítios arqueológicos do local à qual pertencem.

As impressões da maioria das pessoas a respeito da arqueologia são construídas por meio dos conteúdos veiculados nas produções cinematográficas, desenhos animados, novelas, entre outros segmentos. O resultado é um entendimento fantasioso que coloca na condição de *hobby* uma ciência notadamente reconhecida desde o século XVIII.

Além do senso comum fantasioso, existe o agravante de que o objeto de estudo da arqueologia brasileira está muitas vezes relacionado ao Brasil pré-colonial e assim considerado um tema desinteressante para muitos brasileiros. Segundo Barreto (2000), a arqueologia brasileira traz à tona o confronto com um passado pouco conhecido e demonstra a rejeição das raízes indígenas por parte da população nacional. A falta de identificação com os povos indígenas gera a falta de identidade com o passado pré-histórico, pois este refere-se exclusivamente aos povos nativos. Junta-se a isto o fato de que os vestígios arqueológicos no território brasileiro não são monumentais, o que contribui para falta de interesse. Diz a autora:

[...] a arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral. (BARRETO, 2000, p.34).

Para Meneses (1983), identidade implica “semelhança a si próprio”. Logo, o conceito de identidade torna-se muito mais próximo ao reconhecimento do que ao conhecimento. Ainda segundo o autor, o processo de identificação com determinado elemento cultural passa por um processo de construção da imagem, razão por que se refere a um terreno propício a manipulações. O culto a determinados ancestrais e a exclusão de outros estão relacionados à necessidade de legitimar um sistema de atribuição de direitos e de obrigações, em outras palavras, de posições hierárquicas sociais e decorrentes privilégios.

Foram essas problemáticas que me incitaram à ideia de trabalhar com os sítios arqueológicos de arte rupestre de Palestina de Goiás, tomando por referência o ponto de vista da comunidade local. Nessa perspectiva, espera-se relativizar o conceito de patrimônio cultural e arqueológico assim como o alcance social das construções científicas. Isso porque, apesar de ser uma região já contemplada com programas de pesquisa arqueológica e ações de educação patrimonial, os moradores locais têm uma leitura particular, alheia aos conceitos científicos.

A leitura que cada grupo faz do mundo que o cerca interfere na eleição do que é considerado importante e do que é legitimado como patrimônio cultural. O fato de a arte rupestre brasileira encontrar-se inserida legalmente na categoria de patrimônio cultural não necessariamente leva a comunidade a entendê-la dessa forma, visto que determinadas questões culturais são decisivas na escolha do que é considerado como patrimônio cultural ou não.

Para Bourdieu (2007, p. 108), “todo ato de produção cultural implica a afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural”. Logo, as sociedades percebem o mundo por um prisma cultural segundo o qual seu modo de vida é considerado o mais correto e natural. Sendo assim, podemos dizer que nosso modo de ver o mundo é determinado culturalmente, segundo Laraia (1986, p. 68):

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produto de uma herança cultural, ou seja, resultado de uma operação determinada pela cultura.

Ainda segundo o citado autor, para uma sociedade os recursos materiais de sua cultura são considerados essenciais e muitas vezes são entendidos como uma extensão de si mesmos. É o que revelam os estudos arqueológicos, por se valerem de um olhar especializado voltado para a cultura material, fonte primária de pesquisa. O desenvolvimento do estudo sobre a materialidade cultural revela seu aspecto ativo no que diz respeito à interferência nos agentes culturais.

Para tratar de tais questões, a presente dissertação foi estruturada em três capítulos.

No primeiro, com o objetivo de contextualizar o tema em estudo, aborda-se sobre as pesquisas arqueológicas já realizadas na área em questão.

No segundo, apresenta-se a metodologia aplicada ao trabalho, no que diz respeito à pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores da zona rural de Palestina de Goiás, e à análise qualitativa dos resultados das 21 entrevistas realizadas na área. Além disso, apontam-se os princípios da semiótica que também foram utilizados na análise dos dados. Esse viés teórico contribui para a compreensão das formas como a comunidade dá significado e interpreta a arte rupestre. Ao mesmo tempo, também se constitui como uma perspectiva apropriada para estudos em arte rupestre.

Por fim, o terceiro traz a análise e interpretação dos dados levantados em campo e em gabinete. Nesse capítulo, examinamos a arte rupestre sob três perspectivas, levando em consideração os diferentes grupos de indivíduos envolvidos: o(s) grupo(s) que produziu/produziram as manifestações rupestres; os pesquisadores/arqueólogos; e a comunidade local. Ao final apresentamos algumas considerações sobre o trabalho e os resultados alcançados.

1. Breve histórico das pesquisas arqueológicas realizadas na região de Palestina de Goiás

Na década de 1970 nosso estado foi contemplado com o primeiro programa de pesquisa arqueológica. Refere-se ao Programa Arqueológico de Goiás, coordenado por Pedro Inácio Schmitz. Surgiu de uma parceria entre a então Universidade Católica de Goiás e o Instituto Anchieta de Pesquisas, vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com o objetivo de realizar uma caracterização ampla e geral de sítios arqueológicos distribuídos em diversas áreas do estado. O programa foi dividido em três subprogramas: Subprograma Amazônia Legal; Subprograma Serra Geral e Subprograma Centro Sul de Goiás. Cada um desses subprogramas foi composto por diferentes projetos.

O Subprograma Amazônia Legal foi realizado entre o fim da década de 1970 e início da década 1980. Abrangeu o norte do estado (área atualmente pertencente ao estado do Tocantins) e foi composto pelos projetos Extremo Norte, Médio Tocantins e Ilha do Bananal. O projeto Extremo Norte foi realizado em um local de transição entre a Amazônia, Nordeste e Centro do País, com o objetivo principal de compreender as possíveis conexões entre as culturas dessas regiões. O Projeto Médio Tocantins teve como objetivo compreender o desenvolvimento das populações horticultoras. O projeto Ilha do Bananal também procurou compreender o desenvolvimento das populações horticultores, mas neste caso o foco da pesquisa foi para os grupos da Ilha, em que se realizaram escavações e se procedeu a analogias etnográficas com os Karajás residentes na região na época da pesquisa (ROSSI, 2015).

O subprograma Serra Geral abrangeu o Leste de Goiás e Sudoeste da Bahia, cujas pesquisas de campo ocorreram entre 1981 e 1985. Neste subprograma foram realizadas pesquisas geológicas, geomorfológicas e

fitogeográficas com o intuito de compreender as adaptações humanas nos diferentes ambientes de cerrado, campina e caatinga (ROSSI, 2015).

O subprograma do Centro-Sul de Goiás foi realizado entre as décadas de 1970 e 1980 e foi composto pelos projetos Paranaíba, Alto Tocantins e Alto Araguaia. O projeto Paranaíba foi desenvolvido entre 1975 e 1982 e consistiu num levantamento dos sítios arqueológicos ao longo do Rio Claro e Rio Verdinho. Durante a realização deste projeto os pesquisadores foram informados sobre a presença de sítios arqueológicos no vale do Rio Verde, afluente do Rio Paranaíba, em Serranópolis, onde foram identificados cerca de quarenta sítios arqueológicos. Tais sítios tornaram-se referência e forneceram subsídios para que fosse possível caracterizar a pré-história da região Centro-Oeste do Brasil. O projeto Alto Tocantins foi realizado em 1973 e seu principal objetivo foi identificar evidências que caracterizassem o estado do Tocantins como uma fronteira entre tradições cerâmicas de horticultores (ROSSI, 2015). O outro projeto deste subprograma, o Alto Araguaia, será descrito mais detalhadamente a seguir, pois este engloba a região de Palestina de Goiás.

Segue um mapa demonstrativo das regiões estudadas por cada projeto do Programa Arqueológico de Goiás.

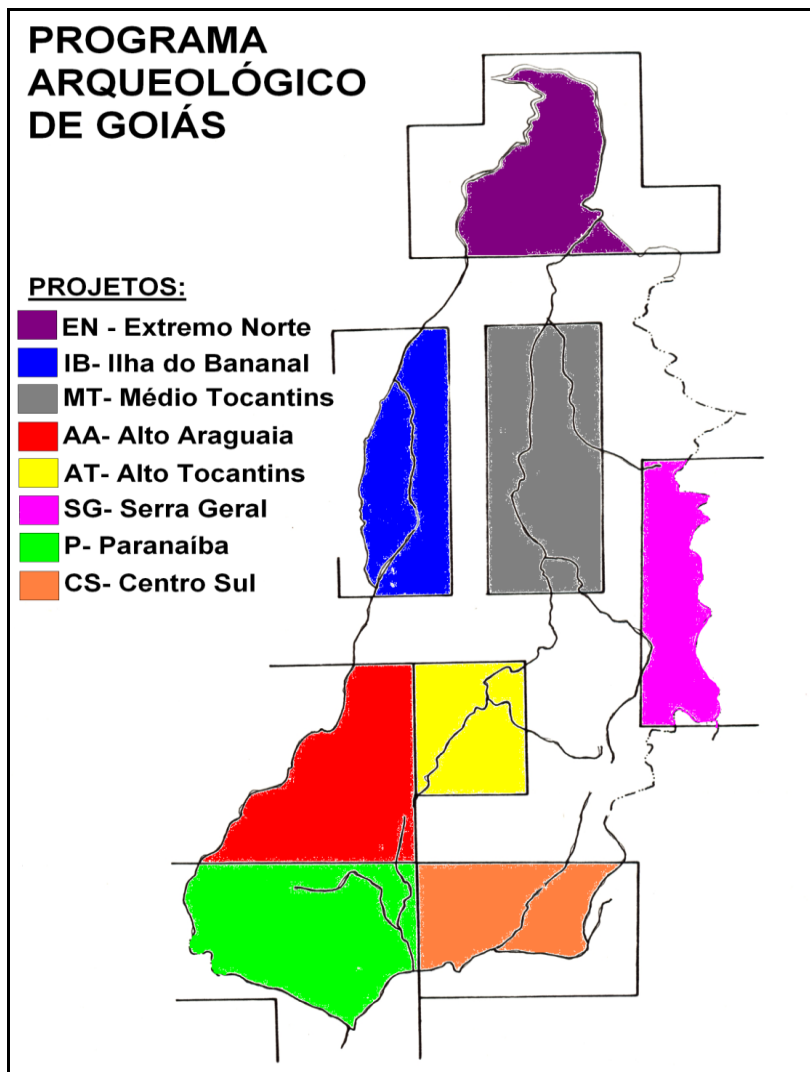


Figura 2: Mapa de Áreas Pesquisadas pelo Programa Arqueológico de Goiás. Fonte: Borges, 2009, com base em Schmitz et al., 1986.

1.1. Projeto Alto Araguaia

O Projeto Alto Araguaia foi realizado em duas regiões arqueológicas, Jussara e Caiapônia, entre os anos de 1974 e 1981. Na região de Jussara a pesquisa arqueológica teve o objetivo de compreender a ocupação dos grupos ceramistas ao longo dos rios Vermelho e Claro. Foram localizados aproximadamente 35 sítios cerâmicos.

Em Caiapônia visou estudar principalmente os abrigos com pinturas, em pesquisa de campo executada entre os anos de 1979 e 1981 (SCHIMTZ et al., 1986). É importante ressaltar que nesta época Palestina de Goiás era distrito de Caiapônia.



Figura 3: Mapa de localização do município de Palestina de Goiás. Fonte: SEPLAN/GO (destaque nosso).

Na região foram encontrados e cadastrados 42 sítios arqueológicos. Tais sítios possuem dois focos de distribuição: “um sobre a margem direita do Rio Bonito, o outro sobre o Córrego do Ouro, seu afluente pela mesma margem, quase na confluência com o Rio Caiapó” (SCHMITZ et al., 1986, p. 15). Os mapas abaixo demonstram esta distribuição (Figura 4 e Figura 5).

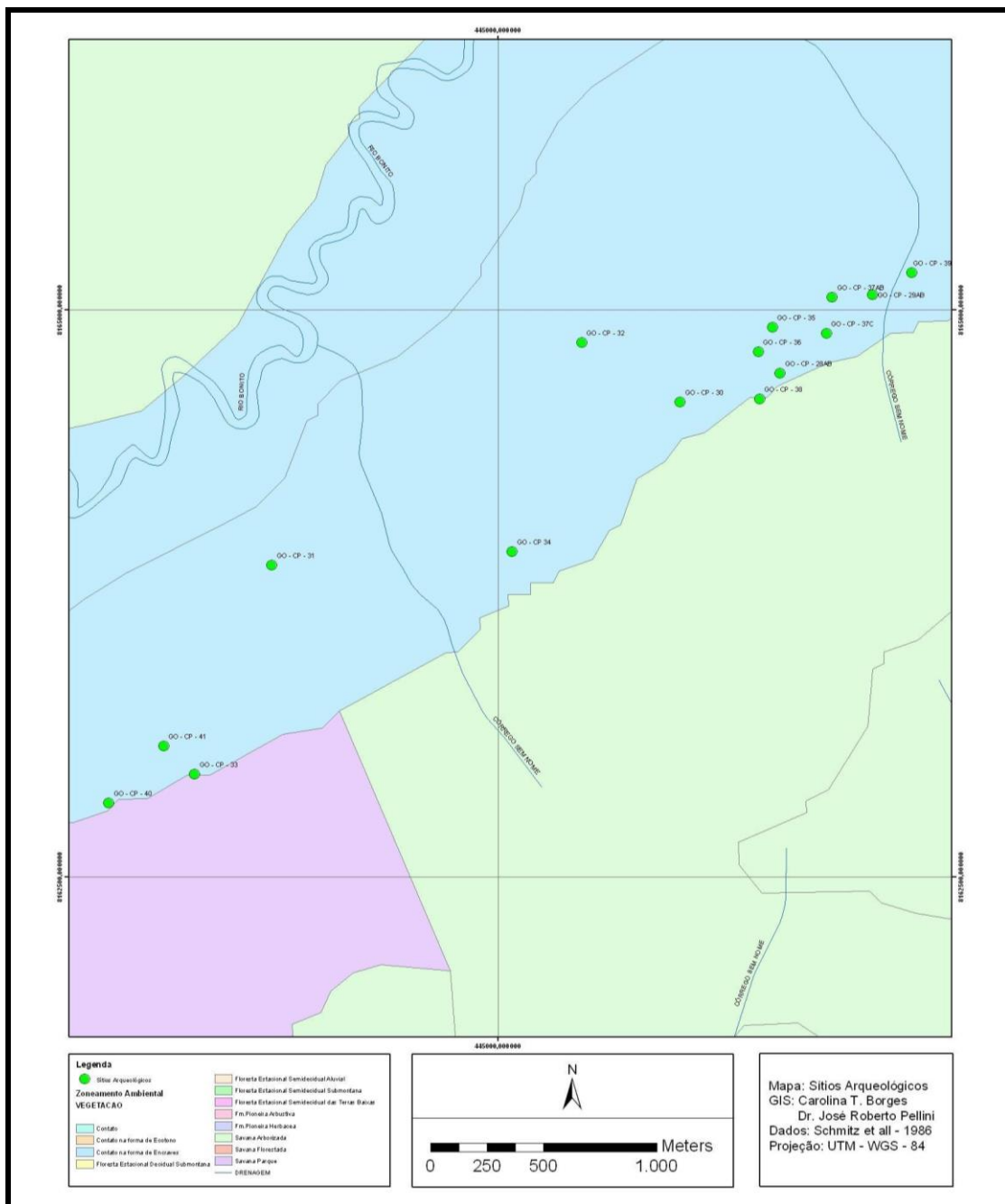


Figura 4 - Mapa de distribuição dos sítios arqueológicos da região Torres do Rio Bonito. Fonte: BORGES, 2009.

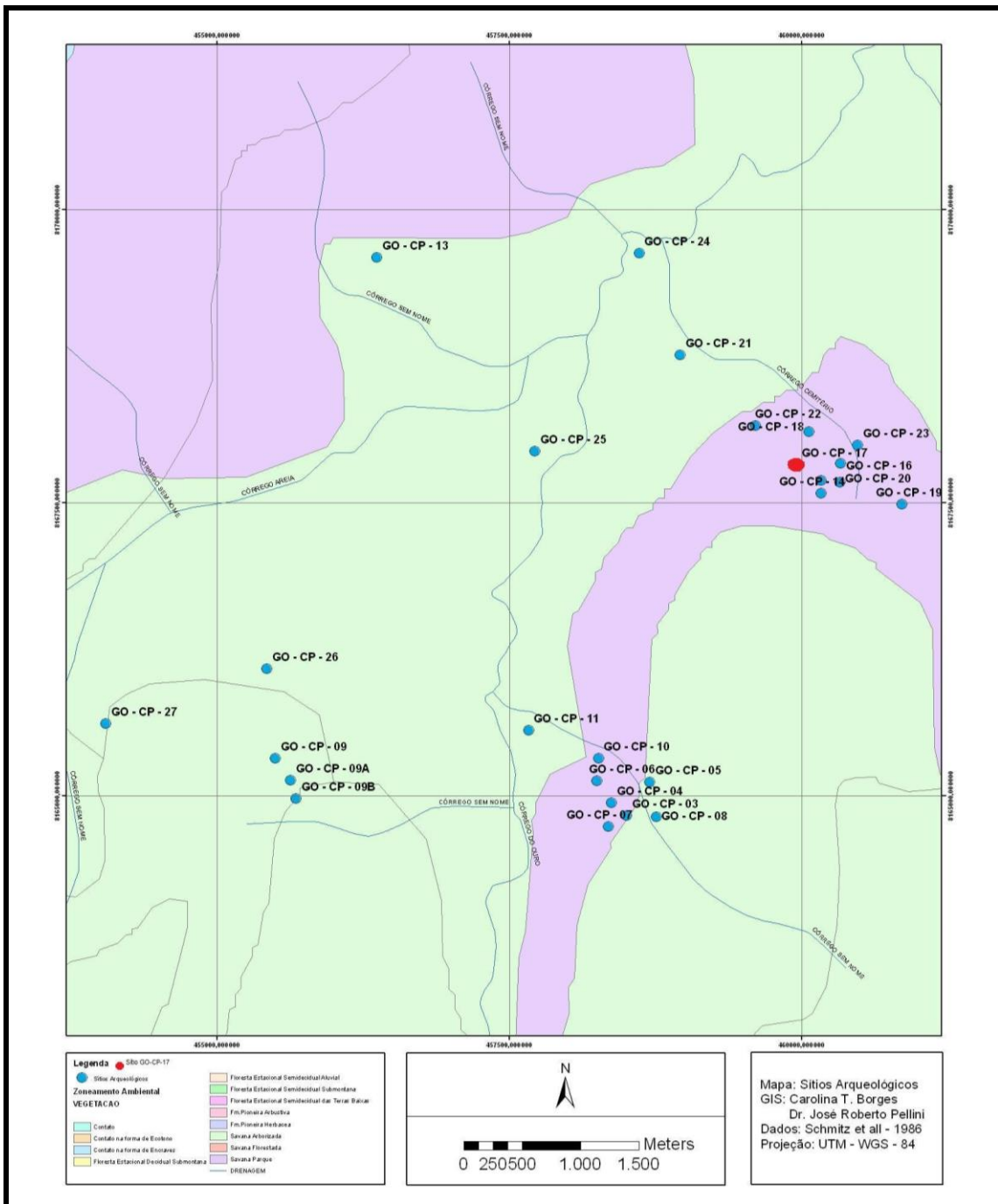


Figura 5 - Mapa de distribuição dos sítios arqueológicos da região do Córrego do Ouro.
 Fonte: BORGES, 2009.

Segundo Schmitz et al. (1986), os sítios da região são constituídos por abrigos em paredões de arenito, onde se encontra projetada a arte rupestre. Também foram encontrados sítios de exploração de seixos nas encostas e pequenas chapadas (quatro afloramentos de seixos), e sítios constituídos em aldeias ceramistas, localizadas em terrenos planos, próximos a córregos.

No Projeto Caiapônia a arte rupestre foi trabalhada sob três perspectivas: a sua documentação; sua descrição sumária como complexo estilístico; e sua distribuição em função dos abrigos (SCHMITZ et al., 1986).

Para a documentação das pinturas o projeto buscou realizar uma reprodução das pinturas para que estas ficassem à disposição visando estudos em laboratório. Vale assinalar que já naquele tempo os pesquisadores registraram a degradação das pinturas em virtude dos desgastes naturais e antrópicos. As reproduções foram realizadas por meio de plásticos transparentes colocados sobre as pinturas. Estas, por sua vez, eram decalcadas em tamanho natural e reduzidas em laboratório. Schmitz et al. (1986, p.13) explicam o processo empregado:

A partir de cópias nos plásticos se fizeram reduções de 6:1 por processo fotográfico. Estas cópias foram passadas para o papel vegetal, buscando o auxílio de fotos coloridas e anotações de campo para tornar essas reproduções parecidas com o original em termos de conservação e cor, porém mais nítidas que as originais.

Segundo os autores mencionados, as reproduções retratavam as pinturas e gravuras integralmente, com indicação do espaço ocupado no sítio.

A segunda perspectiva de pesquisa abordou a descrição do complexo estilístico das figuras classificando-as individualmente como geométricos, zoomorfos e antropomorfos e organizando-as em quadros que demonstravam as semelhanças entre elas, sua morfologia e cor. Com essa classificação os autores referidos concluíram que a arte rupestre de Palestina de Goiás forma um conjunto estilístico próprio que foi denominado como “estilo Caiapônia”.

Já a terceira perspectiva analisou a distribuição das figuras em relação aos abrigos. Para tanto, foram estruturadas tabelas de disposição espacial, principalmente com relação a sua disposição no teto e nas paredes dos abrigos, buscando entender as recorrências e divergências.

O material cerâmico dos sítios foi estudado de um ponto de vista predominantemente comparativo, com o propósito de indicar semelhanças e diferenças com a cerâmica arqueológica de outras regiões. O estudo do material lítico se ateve principalmente aos aspectos morfológicos, realizando classificações tipológicas dos instrumentos finalizados (SCHMITZ et al., 1986).

1.2. Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto Araguaia

Entre 2006 e 2010 a pesquisa na região foi retomada com o projeto *Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto Araguaia*, coordenado por Viana (2006), que indica o objetivo do trabalho:

[...] retomar, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica específica, as análises dos materiais líticos dos sítios pré-históricos trabalhados na década de 1970 pelo IGPA e UNISINOS. Espera-se com os novos dados produzidos compreender, numa perspectiva diacrônica, a evolução dos sistemas técnicos de produção de instrumentos e, dessa maneira, contribuir com novas proposições acerca da ocupação territorial pré-histórica no planalto central brasileiro.

A etapa de laboratório teve como principal objetivo entender a tecnologia de produção dos conjuntos líticos dos sítios da região de Palestina e acervados na PUC Goiás/IGPA, utilizando-se de outras perspectivas teórico-metodológicas. As análises se detiveram na investigação do material lítico de oito sítios arqueológicos (GO-CP-04; GO-CP-05; GO-CP-06; GO-CP-16; GO-CP-17, GO-CP-19;GO-CP-29; GO-CP-30) escavados por Schmitz e equipe nas décadas de 1970 e 1980. Essas análises possibilitaram construir um conjunto de problemas, os quais foram explorados na etapa seguinte, de retomada de escavação de alguns sítios da região.

A etapa de campo, iniciada posteriormente às atividades de laboratório, foi de seleção e escavação de alguns sítios, em especial nos sítios cujos materiais líticos haviam sido selecionados para análise em laboratório. O propósito era: investigar problemas específicos; (re)localizar e georreferenciar os sítios encontrados nas décadas de 1970 e 1980; registrar novas ocorrências arqueológicas que porventura pudessem ocorrer. Entre essas ocorrências, a localização de fontes de matéria-prima rochosa para produção dos instrumentos pré-históricos constituiu-se em objetivo específico desse projeto

Ainda que o projeto *Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto Araguaia* não contemplasse

programa específico de educação patrimonial, também foi seu propósito contatar e envolver a comunidade local, convidando-a a conhecer os trabalhos arqueológicos. Nas ocasiões em que isso foi realizado, tratou-se em especial sobre a importância de preservação dos sítios arqueológicos daquela região e sobre o seu potencial informativo, para o entendimento da ocupação humana na pré-história. Diversos moradores estiveram nos sítios que estavam sendo trabalhados. A Escola Municipal de Palestina de Goiás, com algumas de suas turmas de ensino médio, foi ao sítio GO-CP-16, em ocasião em que se ministravam palestras *in loco*.

1.3. Patrimônio Arqueológico do Sudoeste de Goiás

Em 2011 os estudos na área foram retomados com o projeto *Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás*, também coordenado por Sibeli Aparecida Viana. O objetivo era dar continuidade à investigação acerca do “processo de ocupação pré-histórica da região sudoeste do Estado de Goiás, nas regiões arqueológicas de Jussara, Caiapônia e Serranópolis, assim como colaborar para a preservação deste patrimônio” (VIANA, 2011, p. 26). Para tanto, iniciaram-se escavações em alguns sítios da região, para investigação da cultura material lítica e cerâmica.

Este projeto também desenvolveu um programa de educação patrimonial específico e procurou estruturá-lo junto à comunidade local com o propósito de trabalhar o sentimento de pertença e estimular uma identidade entre os moradores e o patrimônio arqueológico.

1.4. Pré-História de Palestina de Goiás

A pesquisa *Pré-História de Palestina de Goiás* teve início em 2015 e o seu principal objetivo foi dar continuidade às pesquisas. Buscava, entre outros, um maior detalhamento acerca das pinturas rupestres da região e sua relação com os sítios com estratos ocupacionais (VIANA, 2015, p. 9).

Para tanto, foi proposto abrir uma nova área de escavação no sítio GO-Cp-16, com o intuito de compreender seu processo de formação, realizar análise estruturada na tecnologia de produção dos materiais líticos e cerâmicos provenientes deste sítio, assim como promover a análise das manifestações rupestres. A análise da arte rupestre se iniciará com as unidades gráficas, em seguida terá continuidade com os conjuntos de unidades e as representações de cenas. O projeto também propõe Identificar problemas de ordem natural e antrópica que possam estar atuando contra a conservação da arte rupestre local.

1.5. Ações educativas em Palestina de Goiás

A pesquisa pioneira, *Projeto Alto Araguaia*, voltou-se apenas para os dados arqueológicos em si. Não havia na época a preocupação de integração da comunidade às atividades de pesquisa.

A retomada da pesquisa arqueológica em Palestina de Goiás com o projeto *Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto Araguaia* (2006 a 2010), como já mencionado, apesar de não ter um programa específico de educação patrimonial, preocupou-se em promover ações educativas envolvendo a comunidade local.

Já o *Projeto do Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás* possui um programa dedicado exclusivamente à educação patrimonial, em cujo âmbito a presente pesquisa foi realizada.

O Iphan, em parceria com PUC-Goiás, também promoveu ações educativas na região, com as pesquisas arqueológicas realizadas em âmbito de licenciamentos, que desenvolveram algumas atividades pontuais – como palestras e oficinas – de educação patrimonial envolvendo a comunidade.

As ações educativas que serão abaixo destacadas são aquelas que envolveram a comunidade rural, pois na maioria dos projetos (principalmente os realizados por contrato no âmbito do licenciamento de obras) as ações educativas são voltadas para o público da área urbana. A preferência pela área urbana se dá pela facilidade de realizar as ações em parceria com a prefeitura, contudo desta maneira ficam excluídas as pessoas que realmente convivem diretamente com o patrimônio arqueológico em questão.

1.5.1. Projeto de regularização do uso turístico do patrimônio arqueológico na região do município de Palestina de Goiás

No ano de 2000 houve uma iniciativa de regularizar o uso turístico do patrimônio arqueológico de Palestina de Goiás. A iniciativa² contou com o apoio da prefeitura municipal e foi realizada em uma parceria do Iphan com o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e a Fundação Aroeira (apoio administrativo).

Foi criada pelo projeto “Associação de Amigos de Palestina de Goiás”, que era coordenada pela comunidade. O projeto elaborou um curso de formação e capacitação de guias e selecionou os sítios arqueológicos que poderiam ser abertos para visitação. No curso também foram realizadas palestras sobre meio ambiente e conservação da arte rupestre, além dos diagnósticos sobre os aspectos ambientais dos sítios arqueológicos e sobre o estado de conservação dos sítios rupestres e entorno (PARDI, 2002).

O projeto contemplou, ainda, palestras sobre a importância do patrimônio arqueológico da região e as pesquisas realizadas nas décadas de 1970 e 1980 pelo IGPA/PUC Goiás, além da execução dos projetos de interpretação e sinalização com placas dos sítios a serem abertos ao turismo arqueológico (PARDI, 2002).

² A coordenação-geral da iniciativa foi da arqueóloga do Iphan Maria Lúcia Franco Pardi e a coordenação científica da arqueóloga do IGPA Mariza de Oliveira Barbosa. Também foram convidados para compor o projeto o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica do Piauí da Universidade Federal do Piauí (sob a coordenação de conservação da arqueóloga Conceição Lage) e a ONG Sociedade Ecológica de Jataí – SEJA (sob a coordenação ambiental de Binômino da Costa Lima).



Figura 6: Placa de sinalização turística. Foto: Mariza de Oliveira Barbosa

Este projeto poderia ter gerado benefícios permanentes para a comunidade, como o estímulo ao turismo e a valorização e preservação do patrimônio arqueológico. Contudo, a “Associação de Amigos de Palestina de Goiás” não conseguiu manter-se ativa e, atualmente, em geral as pessoas desconhecem o trabalho realizado. Entende-se que esse tipo de ação, por envolver diretamente a comunidade, necessita de uma gestão eficiente e de uma manutenção constante. A falta de apoio e incentivo político e econômico acarretou o ostracismo do projeto.

1.5.2. Programa de Educação Patrimonial do Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás

Na primeira etapa desse programa educativo foi feito um levantamento do conhecimento dos moradores a respeito do patrimônio arqueológico de sua região e também quais tipos de ações educativas eles gostariam de receber. Nas entrevistas notou-se que várias pessoas da região já realizavam algum tipo de trabalho manual/artesanal para uso ou comercialização. Com a obtenção desses dados e diante das experiências bem-sucedidas realizadas em outras regiões do país, o programa de educação patrimonial optou por ações que pudessem contribuir para este processo.

Dessa maneira, na segunda etapa, elaborou-se uma ação educativa constituída por palestra, abordando conceitos básicos sobre arqueologia, importância da preservação dos sítios e os resultados das pesquisas realizadas na região. A palestra foi seguida por uma oficina de produção de artesanato direcionada a instrumentalizar a comunidade para a criação sustentável de produtos vinculados aos elementos dos sítios arqueológicos da região. Estes produtos poderiam ser comercializados pela comunidade, representando, assim, uma fonte de renda.

A oficina foi realizada por uma integrante do Núcleo Artesanal de Reciclagem “Arte Conquista” da Coprec,³ com o objetivo de oferecer subsídios aos participantes no que se refere a Organizações Não Governamentais que podem contribuir na fomentação de ações na comunidade e maximizar o potencial para o desenvolvimento regional.

Essas ações, para serem produtivas, necessitam de continuidade e envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Dessa forma, é possível alcançar as dimensões econômica, ambiental, social e cultural, no sentido de se tornarem instrumento de melhoria da qualidade de vida das comunidades,

³ Cooperativa de Reciclagem de Lixo da cidade de Goiânia

ampliando as fontes geradoras de renda e mecanismo de conservação e proteção dos bens culturais.

Os artigos artesanais foram produzidos por meios acessíveis à comunidade, tais como: papelão; folha de papel reciclado e folha de fibra de bananeira. Também foi distribuído para cada participante um *kit* com os suportes para a produção de blocos de notas, caixas e porta-retrato.



Figura 7: Oficina de produção de artesanato com a temática da arte rupestre regional. Foto: Cristiane Loriza Dantas.

Este programa de educação patrimonial foi pautado por reflexões que direcionam o olhar para os espaços de vivências dos grupos envolvidos na preservação do patrimônio arqueológico. Essa conexão feita junto à comunidade proporciona que as ações educativas sejam construídas de maneira a atender a demandas do público em questão, tornando mais eficiente a sensibilização para com o patrimônio.

1.6. Pesquisas de contrato na região de Palestina de Goiás

O desenvolvimento econômico acelerado do país vem causando danos irreversíveis ao meio ambiente e aos patrimônios culturais a ele diretamente relacionados. A legislação de proteção ao meio ambiente garante que pesquisas sejam realizadas antes que os empreendimentos sejam autorizados. Estas são medidas paliativas que podem gerar resultados relativamente satisfatórios. Os dados produzidos podem compor um quadro geral de extrema importância científica.

Desde a década de 1960 a legislação federal protege o patrimônio arqueológico por meio das Leis federais nº 3.924, de 1961; nº 6.766, de 1979; e nº 6.938, de 1981. Vários artigos da Constituição Federal positivaram esta proteção, como, por exemplo, os artigos 20, 23, 30, 216 e 223. Contudo, só a partir de 1986, com a Resolução nº 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, a pesquisa arqueológica passou a ser uma exigência em áreas sujeitas ao impacto ambiental. Essa resolução é considerada um avanço, por ter fomentado as pesquisas arqueológicas por todo o território nacional.

Dessa maneira, empreendimentos ligados principalmente à área hidrelétrica na bacia do Rio Caiapó, na região de Palestina de Goiás, geraram a necessidade de realização de pesquisa arqueológica para o licenciamento das obras.

Segundo Rossi (2015), foram desenvolvidas três pesquisas arqueológicas ligadas ao processo de licenciamento de obras:

1. Projeto de Levantamento do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da Pequena Central Hidroelétrica Santo Antônio, Arenópolis, Palestina de Goiás e Ivolândia, GO (execução da pesquisa Griphus Consultoria em Arqueologia);
2. Projeto de Levantamento Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da Pequena Central Hidroelétrica Tamboril no

Município de Arenópolis e Palestina de Goiás, GO (execução da pesquisa Griphus Consultoria em Arqueologia);

3. Levantamento e Prospecção Arqueológica na área da Pequena Central Hidrelétrica Rênic, municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás – GO (execução da pesquisa Rute de Lima Pontim).

No primeiro projeto foram encontrados e trabalhados dez sítios arqueológicos, sendo cinco lito-cerâmicos e cinco líticos. No segundo foram identificados oito sítios arqueológicos líticos, e, no terceiro, sete sítios arqueológicos líticos (ROSSI, 2015).

1.7. Trabalhos de conclusão de curso sobre região de Palestina de Goiás

A região de Palestina de Goiás possui um dos mais importantes complexos de sítios arqueológicos do país, e vem sempre despertando interesse de novos pesquisadores. Assim, vários trabalhos de conclusão de curso de graduação em arqueologia da PUC Goiás foram realizados sobre esta região. O Quadro 1 a seguir apresenta os trabalhos elaborados.

Título	Aluno(a)	Orientador (a)	Ano	Resumo
Análise Morfotipológica das Cenas Rupestres do Sítio Pedra Pintada GO-Cp-16	Alessandra Teixeira Fontes	Mariza de Oliveira Barbosa	2009 PUC Goiás	O trabalho refere-se ao estudo das cenas de pinturas rupestres do sítio arqueológico GO-Cp-16 localizado na região do Córrego do Ouro, em Palestina de Goiás. Foi realizada uma análise morfotipológica, buscando compreender como estão dispostas as figuras, procurando identificar possíveis associações e comparações com sítios da região Torres do Bonito.
Sítios Lito-Cerâmicos de Palestina de Goiás: uma abordagem da tecnologia lítica.	Pedro Paulo Guilhardi	Sibeli Aparecida Viana	2009 PUC-Goiás	Trata-se de uma análise dos instrumentos líticos lascados coletados em quatro sítios lito-cerâmicos, utilizando para tanto uma abordagem com base nos conceitos de cadeia

				operatória e tecnologia lítica.
Horizonte mais antigo: uma (re)análise do material lítico dos sítios arqueológicos da região de Palestina de Goiás.	Patrícia Fernanda Pereira Rodrigues	Sibeli Aparecida Viana	2009 PUC-Goiás	Neste trabalho foi realizada uma reanálise do material lítico lascado proveniente de três sítios arqueológicos localizados na região de Palestina de Goiás. Os materiais provêm das camadas mais antigas da região, datadas aproximadamente 4.455 A.P. (sítio GO-Cp-16).
Oficina lítica de superfície GO-Cp-17 (Palestina de Goiás – GO). Atual análise, novas propostas, possíveis interpretações.	Carolina Torres Borges	Sibeli Aparecida Viana	2009 PUC-Goiás	A pesquisa aborda o sítio lítico de superfície GO-Cp-17, que se encontra no município de Palestina de Goiás. Foram enfatizados os instrumentos líticos lascados, destacando-se os conhecimentos técnicos presentes observáveis através da análise tecnológica.
Os peixes rupestres da região do Córrego do Ouro no município de Palestina de Goiás.	Isis Gomes Ribeiro	Mariza de Oliveira Barbosa	2010 PUC-Goiás	Neste trabalho foi feita uma análise das representações rupestres de peixes em sete sítios arqueológicos da região do Córrego do Ouro, no município de Palestina de Goiás. Durante a análise foram identificados 12 tipos diferentes de representações de peixes e buscou-se classificá-los a partir das espécies existentes na ictiofauna brasileira.
Sobrepondo conceitos: Reflexões Sobre os Momentos de Produção dos Grafismos Rupestres do Sítio Arqueológico GO-Cp-09	Tainá Azeredo Campos Péclat	Sibeli Aparecida Viana	2011 PUC-Goiás	Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso do sítio GO-Cp-09, da região de Palestina de Goiás, abordando quais correntes teóricas influenciaram as pesquisas arqueológicas voltadas para arte rupestre do Brasil, apresentando em síntese algumas abordagens metodológicas utilizadas ao longo dos anos.
Múltiplas abordagens cognitiva, biológica e de conservação da Arte Rupestre do Sítio Arqueológico Buriti, GO-Cp-04, município de Palestina de Goiás.	Alfredo Palau Peña	Mariza Oliveira Barbosa	2012 PUC-Goiás	Este trabalho teve como objetivo acrescentar novos painéis e figuras no sítio GO-Cp-04, interpretados a partir de uma visão processualista (analítica) e pós-processualista no campo da semiótica e na interdisciplinaridade com as ciências biológicas. Trata-se de uma contribuição à conservação do sítio, enfatizando que os elementos biológicos e ambientais devem ser minimizados e monitorados.
Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás: Ações de Educação Patrimonial	Marcelo Menezes de Lemos	Mariza de Oliveira Barbosa	2012 PUC-Goiás	Este trabalho desenvolveu entrevistas com moradores da zona rural do município de Palestina de Goiás com o objetivo de compreender a forma como as pessoas se relacionam com o patrimônio arqueológico da região, bem

				como sua compreensão a respeito dele.
Comparação preliminar das escolhas técnicas de objetos líticos de horticultores ceramistas do sudoeste goiano.	Vitor Alexandre Gomes de Brito	Sibeli Aparecida Viana	2013 PUC-Goiás	Este trabalho apresenta dados oriundos da comparação entre os processos de aquisição, produção e utilização dos objetos líticos associados ao horizonte horticultor ceramista resgatados em sítios arqueológicos a céu aberto e abrigos rochosos das regiões de Jussara e Caiapônia no sudoeste goiano.
Das mãos do passado para os olhos do presente: uma análise das imagens antropomorfas de Palestina de Goiás.	Mauro Eduardo Ribeiro Moura	Maria Élide Farias Gluchy	2013 UFRG	Este trabalho teve como objetivo analisar as imagens antropomorfas dos painéis de pintura rupestre dos sítios GO-Cp-04, GO-Cp-06 e GO-Cp-16. A análise foi feita a partir de princípios semiológicos, psicanalíticos e oriundos da filosofia da arte, buscando interpretar as diferentes formas de como o homem é interpretado, bem como as diferentes situações.

Quadro 1: Trabalhos de conclusão de curso abordando sítios arqueológicos da região de Palestina de Goiás.
Fonte: ROSSI, 2015.

Conforme podemos observar no quadro acima, o alto potencial dos sítios arqueológicos da área fica evidente, tanto pela quantidade de novos pesquisadores interessados quanto no que concerne à ampla gama de temáticas que puderam ser abordadas sobre a região.

2. Metodologia, pesquisa de campo e resultados

2.1. Metodologia e pesquisa de campo

A presente pesquisa propõe levantar e contextualizar as representações e expressões simbólicas do público vivo em relação às pinturas rupestres, ou seja, as narrativas do presente que ecoam sobre o passado, visando mapear os valores culturais que envolvem os sítios arqueológicos do local. Dessa maneira, destaca-se a importância de analisar e interpretar de forma qualitativa as percepções da comunidade que está em contato com as pinturas rupestres de Palestina de Goiás.

O termo “representação” refere-se aos conhecimentos de sistemas culturais de grupos, que são transmitidos por linguagens particulares, podendo ocorrer de forma verbalizada, ou seja, por meio de discursos referentes aos comportamentos, organizações, situações, eventos, objetos e demais “realidades” socioespaciais vivenciadas pelos indivíduos (MOSCOVICI, 2003). A representação, portanto, pode ser definida como a linguagem dos significados construídos a partir do processo cultural que se estabelece entre a relação subjetiva e objetos, ou das pessoas com as coisas (SÊGA, 2000).

Na presente pesquisa, as pinturas rupestres também serão entendidas como signos da perspectiva semiótica. Trata-se da esfera do conhecimento que revela as formas como o indivíduo dá significado e interpreta tudo que o cerca, conforme refere Santaella (1983, p.15):

A Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido.

Este é um viés teórico estratégico, pois se trata de uma ciência que pode nos auxiliar a entender o processo de leitura e compreensão que a comunidade

local faz da arte rupestre, ao mesmo tempo em que também é uma perspectiva apropriada pelos arqueólogos no estudo da arte rupestre.

Segundo Peirce (1977), um signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém. Dessa maneira, uma pessoa, ao fazer a leitura de um signo, criará em sua mente um signo referente à representação inerente àquele signo para ela, criando assim um novo signo que, por sua vez, receberá designação de interpretante, e a coisa representada será conhecida pela designação de objeto. Por conseguinte, não há signo puro, pois a atribuição de significação aos signos passa pela leitura pessoal que gera o interpretante (PEIRCE, 1977).

Na classificação semiológica atribuída por Saussure (1978), podemos considerar as pinturas rupestres como signos por meio dos quais acessamos o significante, contudo não é possível conhecer o significado. O significante é a apresentação física do signo, de forma sonora e/ou imagética. Já o significado é o conceito que é gerado em um fenômeno psicosemiológico na mente de um indivíduo quando ele entra em contato com o significante.

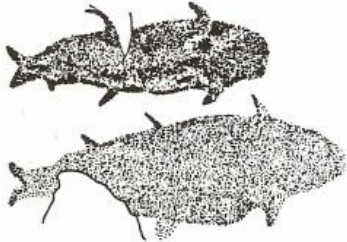

Usaremos como exemplo as pinturas rupestres, classificadas como “peixes” e presentes no sítio arqueológico GO-Cp-16 em comparação com o desenho da “pomba branca”. Os desenhos no quadro a seguir são signos cujos significantes podem ser identificados em ambos os casos, contudo só podemos entender o significado de um deles.

Conhecemos o significado da pomba branca, sabemos o que ela simboliza para nossa sociedade. Contudo, não conhecemos o significado da arte rupestre. Vamos supor, hipoteticamente, que os peixes tenham sido retratados para simbolizar fartura, o que geraria essa impressão psíquica no grupo que produziu tais signos. Esse signo, no entanto, não passa tal impressão psíquica para a nossa sociedade.

Barthes (1999) define o significado como a representação psíquica de uma “coisa” e não a “coisa” em si. No exemplo do quadro que segue (Quadro 2), o signo imagético de uma pomba branca traz em si um significado mais abrangente que o pássaro em si, cuja representação psíquica associada a este signo refere-se não ao desenho de um pássaro, mas ao próprio pássaro, remetendo a uma gama de significados simbólicos, que só existem em um contexto específico. Já sobre os signos imagéticos da arte rupestre podemos verificar que se trata de representações de peixes, sem, contudo, saber o

significado de tais representações, que também só existiram em um contexto específico.

Utilizando a tripla divisão aplicada por Pierce (1977), poderíamos entender os desenhos no quadro a seguir como *representâmen* (se trata daquilo que possui o papel de signo para alguém). Àquilo que os *representâmens* fazem referência seria chamado de *objeto*. No caso do exemplo que segue (Quadro 2), os desenhos fazem referência a peixes e pássaros. E o *interpretante* seria o efeito do signo naquele que o interpreta, pois a pomba branca gera um *interpretante* que permite a associação do pássaro com a paz. Contudo, os interpretantes para os quais os signos rupestres foram criados não são acessíveis para nossa sociedade.

Representâmen	Objeto	Interpretante
	Peixes	Não é possível saber
	Pássaro, pomba branca.	Simboliza a paz entre Deus e os homens. O ramo de oliveira significa também garantia de alimentos e bênção divina.

Quadro 2: Signos atuais e signos rupestres.

Alguns estudiosos da arte rupestre utilizam a semiótica como ferramenta metodológica de investigação. A leitura que a comunidade rural de Palestina de Goiás faz também pode ser compreendida sob o prisma da semiótica, pois se trata de um grupo que, assim como a comunidade científica, busca dar significação aos signos que o rodeiam.

A fim de interpretar as representações emitidas pela comunidade local sobre as pinturas rupestres dos sítios arqueológicos em Palestina de Goiás, foram executadas algumas metodologias e técnicas que abrangem os campos das ciências humanas, as quais serviram de suporte e nortearam o trabalho de campo da presente pesquisa.

A decisão de trabalhar com entrevista permeia os preceitos da história oral que pode ser entendida como:

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52).

Entende-se que o método da História Oral consista em um dos mais adequados quando se quer se aproximar ao máximo dos redutos da experiência dos sujeitos, pois é “uma ciência e arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p. 15).

Assim, primeiramente, realizou-se a seleção dos interlocutores que residem na região dos sítios arqueológicos, ou seja, identificaram-se aqueles indivíduos que mantêm proximidade física com os sítios. Eles cotidianamente percorrem as áreas dos sítios arqueológicos, mantendo, portanto, “contato” com as pinturas rupestres. Para isso, foram executadas pesquisas com o propósito de mapear esses indivíduos, como possíveis interlocutores das entrevistas.

Esse mapeamento foi essencial para o planejamento das entrevistas, haja vista ter conhecimento prévio acerca de determinados quesitos, tais como: quais dos sítios arqueológicos eram os mais conhecidos pela comunidade; quais eram os moradores mais antigos da região; em quais fazendas havia

crianças; onde moravam as pessoas mais influentes, como, por exemplo, as lideranças religiosas; dentre outros.

Essas informações foram essenciais na seleção qualitativa dos interlocutores, na preparação do roteiro e do material de apoio às entrevistas. A seleção qualitativa dos interlocutores preza pela qualidade das informações, assim como pela recorrência e divergência dessas informações.

Após ter sido realizado o levantamento sobre os possíveis interlocutores, partiu-se para a execução técnica envolvendo a realização de entrevistas gravadas em áudio. As entrevistas se caracterizaram em “semiestruturadas” ou “semiabertas”, resumindo-se a perguntas que envolvem questões previamente sintetizadas, ou fechadas, porém, oferecendo a possibilidade de explorar outras abordagens que podem surgir durante a entrevista (DUARTE, 2002; BONI; QUARESMA, 2005):

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Consideramos apropriada a metodologia de entrevista semiestruturada, pois esta apresenta um roteiro de questões e, ao mesmo tempo, permite que o pesquisador tenha contatos e diálogos “livres” (sem desfocar-se, porém, do objetivo da pesquisa) com o interlocutor. Com isso, o pesquisador coletará depoimentos com conteúdos envolvendo “padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão” (DUARTE, 2002, p. 144).

Para a realização desse tipo de entrevista são necessários alguns cuidados, envolvendo o planejamento, a formulação, a sequência e a linguagem. O planejamento das entrevistas deve direcionar as questões para atingir um determinado objetivo.

As perguntas foram planejadas e formuladas com o intuito de tentar compreender como as pessoas que vivem nas redondezas dos sítios arqueológicos de Palestina de Goiás entendem e se relacionam com esse patrimônio. Ao todo foram realizadas vinte e uma entrevistas semiestruturadas,

as quais foram gravadas em aparelhos de áudio. Posteriormente, em laboratório, realizou-se a transcrição, cujos trechos de depoimentos serão relatados neste trabalho.

Portanto, a importância da aplicação dessas metodologias e técnicas na pesquisa remete à coleta de dados cabíveis de interpretação qualitativa no que se refere às heterogêneas representações e valores simbólicos que envolvem as pinturas rupestres de Palestina de Goiás.

Foram realizadas entrevistas com pessoas entre 8 e 82 anos, apresentadas no tópico a seguir. As entrevistas eram feitas oralmente, sem a necessidade de preenchimento de formulários, e conduzidas em tom de conversa, de forma a evitar o constrangimento dos entrevistados de baixa escolaridade.



Figura 8: Entrevista com João Marciano dos Santos, 80 anos de idade. Foto: Cristiane Loriza Dantas.



Figura 9: Entrevista com Ana Gabriela da Silva, 8 anos de idade. Foto: Cristiane Loriza Dantas.

Além do levantamento dos dados de identificação e da solicitação de autorização de uso da entrevista e de imagem, foram realizadas nove perguntas complementadas com algumas informações que não foram previamente selecionadas, mas que foram surgindo no decorrer da conversa.

As perguntas foram elaboradas com a linguagem mais simples possível, sempre deixando claro aos participantes que estávamos interessados em sua opinião, independente do ponto de vista científico. Contudo, optamos por usar os termos técnicos oficiais, tais como arte rupestre e sítio arqueológico para averiguar a ressonância dos mesmos na comunidade.

Eis as perguntas:

1. *Você sabe o que é sítio arqueológico?*
2. *Você sabe o que é arte rupestre?*
3. *Você conhece algum sítio arqueológico na sua região?*
4. *Você gostaria de saber mais sobre os sítios arqueológicos da sua região?*

5. *Se eles fossem destruídos você se incomodaria?*
6. *Para você, o que são e o que significam as gravuras e os desenhos pintados nos paredões?*
7. *Quem você acha que fez aqueles desenhos?*
8. *Como e por que você acha que eles foram feitos?*
9. *Já escutou alguma história sobre eles?*

2.1.1. Caracterização geral do município de Palestina de Goiás

Foi realizado diagnóstico com base nos dados apresentados pelo IBGE (2013) para a caracterização geral da população de Palestina de Goiás, com o intuito de embasar a seleção dos interlocutores e obter um conhecimento prévio acerca da população de Palestina de Goiás.

O município de Palestina de Goiás possui 3.371 habitantes (censo de 2010). Seu território se estende por 1.320,7 km² e a densidade demográfica é de 2,6 habitantes por km². De acordo com o IBGE, em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Palestina de Goiás era de 0,715, que é considerado um índice de médio desenvolvimento. O referido índice utiliza certos critérios de avaliação (renda, longevidade e educação) para medir o desenvolvimento humano. Palestina de Goiás possuía índice um pouco superior à média nacional no mesmo ano.

O PIB *per capita* municipal é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um município. De acordo com o IBGE, o PIB “*per capita*” de Palestina de Goiás, em 2013, foi de R\$ 19.397,41, abaixo da média nacional no mesmo ano – R\$ 25.655,00.

Em Palestina de Goiás, 86% das pessoas residentes em sua área municipal são alfabetizadas, e cerca de 1.060 pessoas (em um universo de

3.371) frequentavam escolas ou creches em 2010. Os índices relacionados à educação em Palestina de Goiás são semelhantes aos do estado de Goiás e do Brasil.

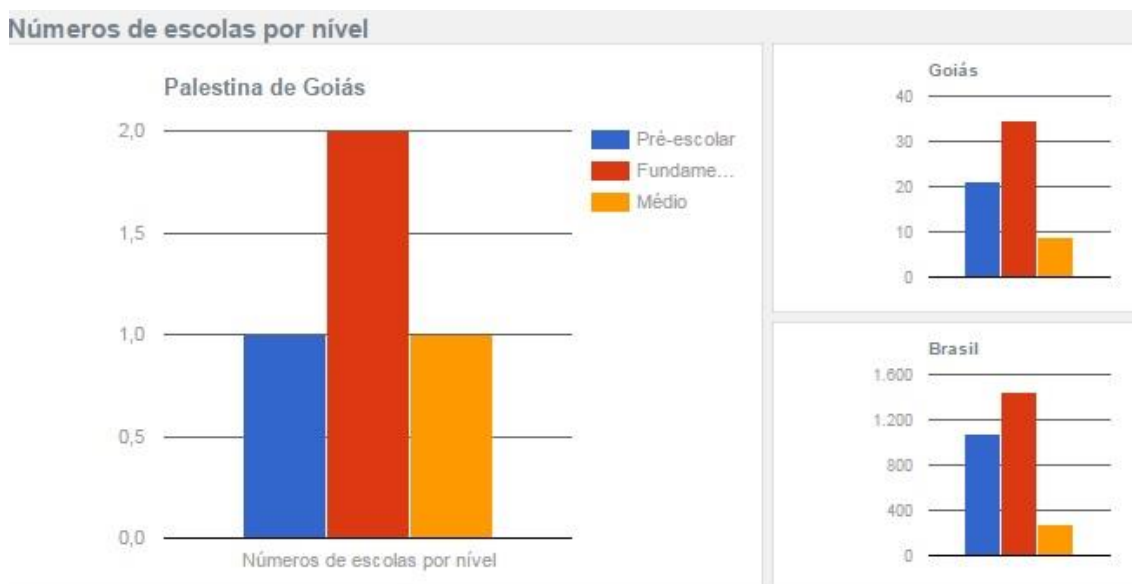


Gráfico 1: Número de escolas por nível. Fonte: IBGE, 2010.

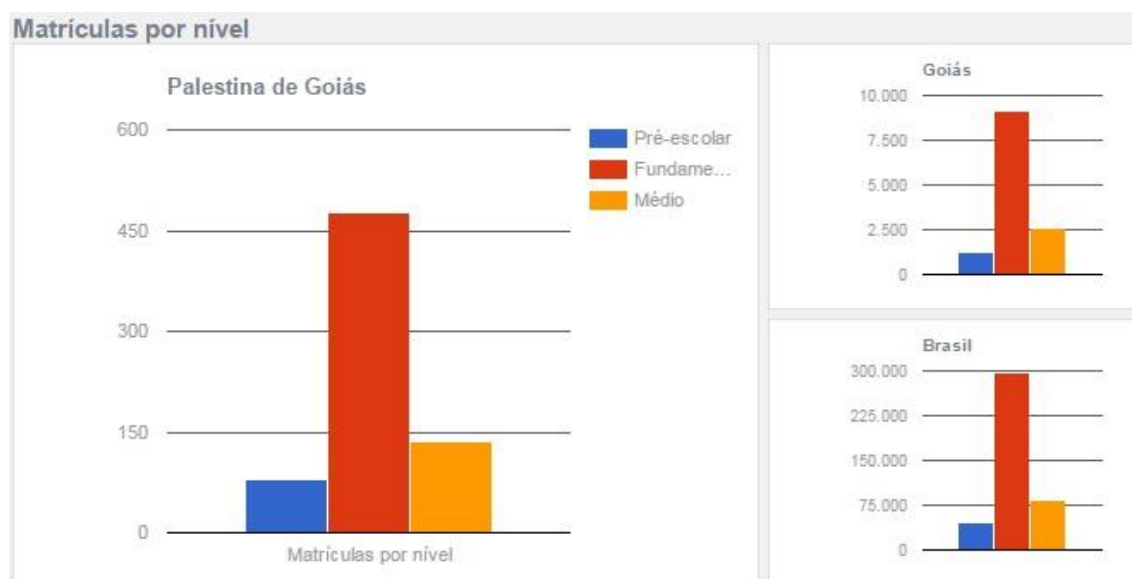


Gráfico 2: Matrículas por nível. Fonte: IBGE, 2010.

Segundo o IBGE, em 2010, 1.542 habitantes de Palestina de Goiás (45% do total) se declararam de religião evangélica; 1.414 pessoas (41% do total) se declararam de religião católica apostólica romana. A média de evangélicos era significativamente superior à média nacional no mesmo ano – 22%.

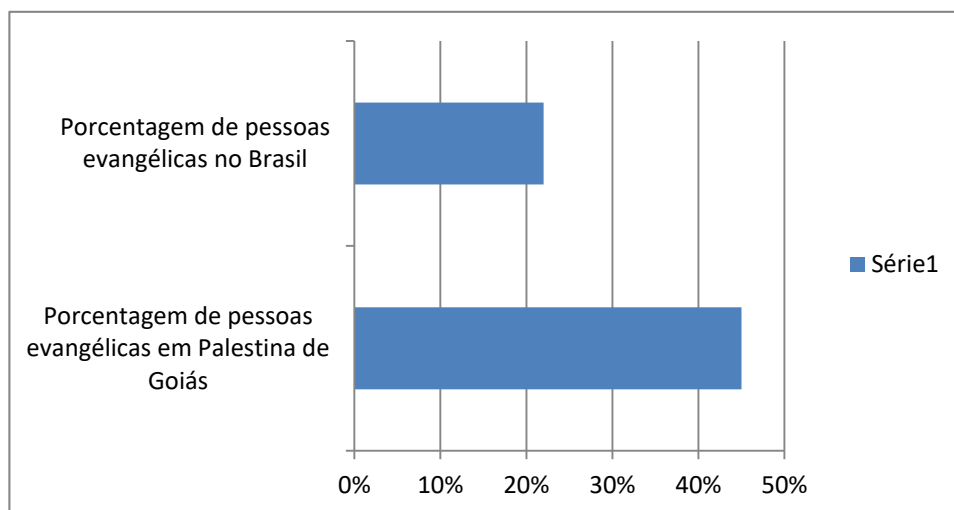


Gráfico 3: Percentual de evangélicos no Brasil e em Palestina de Goiás, 2010.

O levantamento das religiões em nível nacional realizado pelo IBGE em 2010 foi o primeiro a demonstrar em números absolutos o crescimento acelerado de fiéis adeptos a religiões evangélicas. Até então, os gráficos demonstravam apenas a diminuição do crescimento de católicos. Estima-se que, se for mantida essa tendência, em cerca de trinta anos o número de católicos e evangélicos estará empatado.

Observa-se pelos gráficos apresentados que a religiosidade cristã protestante possui um peso grande sobre a comunidade de Palestina de Goiás, importância essa que remonta à origem histórica do povoado. Diferentemente dos padrões de muitas outras cidades, a Igreja Presbiteriana ocupa lugar de destaque na cidade, localizada em frente à praça central. Por meio da Igreja Presbiteriana, o protestantismo tem figurado desde o início do povoado como predominante, e sua influência e importância permeiam as questões socioculturais e econômicas.

Segundo o histórico municipal que consta no *site* da prefeitura de Palestina de Goiás e no *IBGE Cidades*, em 1929 o fazendeiro Mamédio José Silvério doou uma área de aproximadamente 24 hectares para a Igreja Presbiteriana, para que fossem ali instaladas uma capela e uma escola. No ano de 1935 a Igreja Presbiteriana fundou um núcleo então comandado pelo Reverendo Ashman Salley, de nacionalidade norte-americana, que foi sucedido pelo Rev. Robert Lodwick, o qual permaneceu à frente da Igreja até por volta do ano de 1945, quando transferiu a administração ao Reverendo Raimundo

Pitman, que efetivamente levou avante os trabalhos evangélicos e educacionais.

Os reverendos também organizavam visitas periódicas de médicos para atendimento a seus fiéis. Por volta de 1945 foi construído um campo de aviação ao lado da Igreja para trazer os médicos vindos de Rio Verde. Em 1948 foi necessário construir uma nova edificação para a Igreja Presbiteriana, pois esta não comportava mais todos os fiéis. No mesmo ano alguns cidadãos se organizaram para financiar a contratação de uma professora para a escola.

Ao longo do tempo, algumas casas foram construídas no terreno da Igreja, o que cessou após os gestores eclesiásticos proibirem construções naquele espaço. Por conta disso, o fazendeiro João Carlos de Bastos (genro de Mamédio José Silvério) loteou uma área que lhe pertencia nas proximidades da Escola e da Igreja, dando surgimento, assim, ao povoado. O nome do povoado foi disputado em plebiscito. A contenda foi entre Palestina e Jerusalém, ambos os nomes de referência religiosa.

O povoado de Palestina se encontrava dentro da área municipal de Caiapônia. Mamédio Joaquim de Bastos ingressou no cenário político de Caiapônia tornando-se vereador e, posteriormente, vice-prefeito. Como representante oficial de Palestina de Goiás, trabalhou para elevar o povoado à condição de distrito. E assim, em 1968, pela Lei Estadual nº 7.188, Palestina tornou-se distrito.

O desenvolvimento político e econômico de Palestina deflagrou a luta por emancipação política em meados da década de 1980. Em 30 de dezembro de 1987 o então distrito tornou-se município. Naquela ocasião, foi necessário acrescentar “de Goiás” ao nome “Palestina”, com o fim de diferenciá-lo de outro município com o mesmo nome, localizado no estado de São Paulo.

A principal atividade econômica atualmente é voltada para o ramo agropecuário. Apesar do alto potencial turístico, por conta do complexo de paredões, cachoeiras e sítios arqueológicos, não existem investimentos significativos na área.

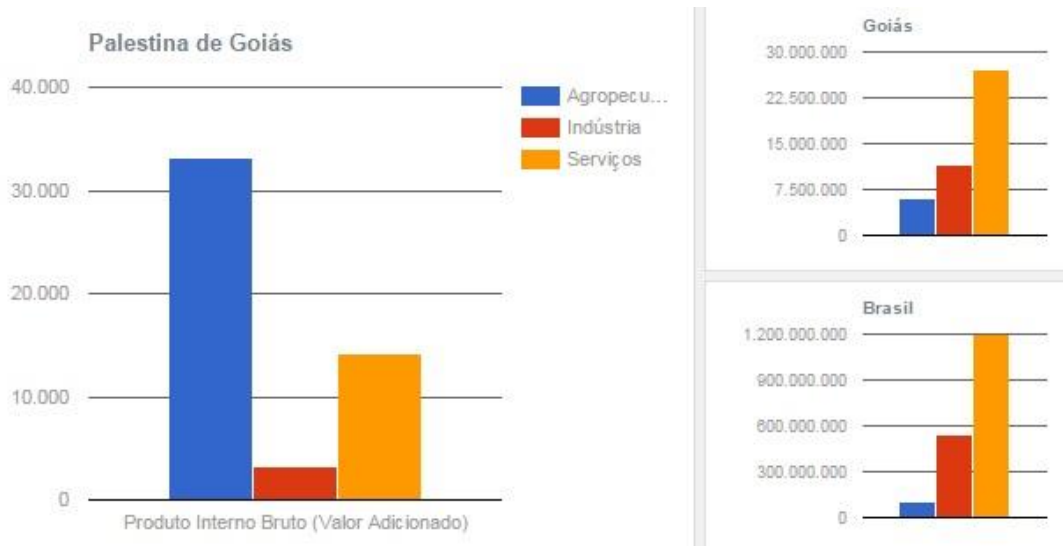


Gráfico 4: Atividades econômicas de Palestina de Goiás. Fonte: IBGE, 2010



Figura 10: Cachoeira de Palestina de Goiás. Fonte: site da prefeitura.

2.1.2. Seleção dos interlocutores

O diagnóstico prévio realizado com dados disponibilizados pelo IBGE foi um norteador para a pesquisa de campo. Contudo, além desse diagnóstico de dados gerais também foi realizada uma pesquisa mais específica direcionada à seleção dos possíveis interlocutores. Tal pesquisa foi fundamentada principalmente pelo trabalho realizado em 2012 por Marcelo Menezes Lemos, em que foram entrevistados moradores da zona rural de Palestina de Goiás, a fim de saber qual o conhecimento acerca do patrimônio arqueológico que esta comunidade possuía. Foram observados os perfis dos entrevistados e selecionaram-se alguns deles para serem interlocutores também da presente pesquisa. Os resultados das entrevistas em ambas as pesquisas foi importante para traçar um parâmetro comparativo.

Na zona rural de Palestina de Goiás, o casal Ana Francisca da Silva e Abraão Dias da Silva hospeda pesquisadores da arqueologia há muitos anos. Eles são parceiros da pesquisa, pois seu conhecimento sobre o local sempre contribui com informações importantes. Dessa maneira, o conhecimento da senhora Ana e do senhor Abraão também foi utilizado para realização do mapeamento dos possíveis interlocutores da presente pesquisa.

Todavia, apesar do conhecimento prévio, a seleção dos interlocutores foi feita de acordo com metodologia de base qualitativa, em que dificilmente o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas pode ser determinado previamente. Tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência dessas informações (DUARTE, 2002). Ainda assim, a seleção prévia dos possíveis interlocutores foi um importante norteador da pesquisa de campo, mesmo que a lista tenha necessitado de alterações circunstanciais.

Dessa maneira, foram selecionadas pessoas que conviviam e/ou conheciam os sítios arqueológicos da região. Entre elas foram selecionadas pessoas de diferentes idades, de forma a verificar se existiam similaridades ou divergências de acordo com a faixa etária. Nas crianças entrevistadas buscávamos observar a influência do discurso aprendido na escola e a

influência do discurso da família. Nos idosos buscávamos identificar histórias mais antigas, possíveis lendas sobre os sítios arqueológicos. Nos adultos pretendíamos identificar a opinião vigente naquela geração.

Também foi critério de seleção dos interlocutores a sua proximidade física aos sítios arqueológicos, pois assim acreditávamos que estaríamos selecionando pessoas cujos sítios arqueológicos fizessem parte de sua paisagem cultural. O conceito de paisagem passa pela leitura de um determinado grupo sobre um determinado ambiente, sendo assim um fenômeno cultural. Segundo Silveira (2009, p. 72),

[...] a paisagem revelada pelos processos de percepção e representação, ao ser concebida como natural, já está sendo incluída numa categoria de entendimento (Durkheim e Mauss 1971), ou melhor, num esquema classificatório nativo (Lévi-Strauss).

O autor ressalta a importância das paisagens como cenários ativos que transformam e são transformados. Os grupos humanos, por meio de suas ações técnico-culturais, redefinem a fisionomia da paisagem. Para Silveira (2009), tais ações elucidam marcas culturais que são passíveis de serem lidas como escrituras da sociedade que ali se instalou. Por isso, a arte rupestre possibilita uma leitura da interação dos grupos com a paisagem cultural, pois ao mesmo tempo em que os grupos estavam deixando uma marca na paisagem eles se deixavam guiar pela natureza em busca do suporte rochoso adequado.

Nessa perspectiva, a arte rupestre de Palestina de Goiás é uma marca cultural de transformação da paisagem dos grupos responsáveis por fazê-la e também é um marco de interação da paisagem com os grupos atuais que, por sua vez, fazem uma leitura própria dela de acordo com a sua visão de mundo.

Por conseguinte, foram selecionadas pessoas que ocupam a região conhecida como área arqueológica Córrego do Ouro (Quadro 3 e Figura 11).

Quadro de UTMs das Fazendas dos Interlocutores		
Fazenda Vista Alegre	Anita da Silva	459689/8165818
	Verônica da Silva	
	Ana Gabriela da Silva	
Fazenda Córrego do Ouro (1)	Donizete Bueno	457783/8165037
	Maximina Bueno	
Fazenda Córrego do Ouro (2)	Edvaldo Gabriel Souza	458911/8164036
	Eliezer Alves de Souza	
Fazenda Serrinha	Antônio Valdo Bueno	459210/8164222
	Maria da Silva Bueno	
Fazenda Córrego do Ouro (3)	Edvar Alves Macedo	463837/8164648
	Ieda Aparecida Fagundes	
Fazenda Maranata	Sebastião Martins de Souza	461232/8165966
Fazenda Jacarandá	Erica Cristina Peres de Souza	459487/8162255
Fazenda Córrego do Ouro (4)	Ana Francisca da Silva	458543/8165169
	Abraão Dias da Silva	
Fazenda Serra Azul	João Carlos de Oliveira	457159/8165556
	Kássio Carlos S. de Oliveira	
	Thailiny S. Oliveira	
Fazenda Córrego do Ouro (5)	João Marciano dos Santos	453961/8166386
	Sebastiana Bueno Duarte	

Quadro 3: UTMs das fazendas dos interlocutores.

Região Arqueológica do Córrego do Ouro

Sítios Arqueológicos e Fazendas Visitadas



Legenda

- Sítios Arqueológicos
- Fazendas Visitadas

Pontos	Código
1	GO-CP-13
2	GO-CP-24
3	GO-CP-22
4	GO-CP-18
5	GO-CP-23
6	GO-CP-17
7	GO-CP-16
8	GO-CP-20
9	GO-CP-19
10	GO-CP-15B
11	GO-CP-15A
12	GO-CP-14A
13	GO-CP-25
14	GO-CP-11
15	SERRA AZUL
16	GO-CP-10
17	GO-CP-06
18	GO-CP-05
19	GO-CP-04
20	GO-CP-08
21	GO-CP-03
22	GO-CP-07
23	GO-CP-13
24	GO-CP-9B
25	GO-CP-9A
26	GO-CP-9
27	GO-CP-26
28	GO-CP-27
29	GO-CP-21

Quadro de Referências

Mapa : Sítios Arqueológicos e Fazendas da Região Arqueológica do Córrego do Ouro
 Fonte : Imagem Google Earth (25/02/16)
 Projeção : U.T.M. Fuso 22 Sul
 Datum Horizontal : W.G.S. 1984
 Analista de SIG : Alfredo Coelho Mendonça

Nome

1:25,000

0 250 m

Fevereiro de 2018

Buscamos também selecionar pessoas cujos perfis pudessem ser caracterizados como “liderança local” (lideranças religiosas, políticas etc.), posto que suas opiniões são passíveis de exercer influência naquela comunidade.

O primeiro critério de seleção foi, portanto, a proximidade com os sítios arqueológicos. Todos os interlocutores, exceto a Sra. Leila Maria de Souza, que era secretária de educação, são pessoas vinculadas a fazendas relativamente próximas aos sítios arqueológicos. Das pessoas que moravam próximo aos sítios arqueológicos foram selecionadas aquelas que atendiam aos demais critérios acima mencionados. O Quadro 4, a seguir, traz a lista dos entrevistados em grupos de acordo com os critérios de seleção.

Interlocutores			
Critério de Seleção	Nome	Idade	Motivação
Crianças	Ana Gabriela da Silva	8	Faixa etária e proximidade com os sítios
	Erica Cristina Peres de Souza	12	
	Eliezer Alves de Souza	12	
Idosos	Antônio Valdo Bueno	82	Faixa etária e proximidade com os sítios
	Maria da Silva Buenos	75	
	Edvar Alves Macedo	69	
	Ieda Aparecida Fagundes	66	
	João Marciano dos Santos	80	
	Sebastiana Bueno Duarte	79	
Adultos	Anita da Silva	59	Faixa etária e proximidade com os sítios
	Verônica da Silva	41	
	João Carlos Oliveira	40	
	Kassio Carlos Oliveira	18	
	Thailiny Oliveira	21	

	Sebastião Martins	54	
	Donizete Bueno	48	
	Maximina Bueno	37	
Pessoas influentes	Edvaldo Gabriel Souza	46	Pastor – liderança religiosa local.
	Ana Francisca da Silva		Por hospedarem os cientistas, os moradores locais os consideram referência quando o assunto são os sítios arqueológicos.
	Abraão dias da Silva		
	Leila Maria Souza e Silva	38	Secretária de educação e cultura – liderança política

Quadro 4: Interlocutores selecionados.

A consulta ao trabalho de Lemos (2012) e as conversas com profissionais que já haviam trabalhado com educação patrimonial na região nos deram a importante informação de que o principal sítio para a comunidade, aquele que todos conhecem e mencionam, é o sítio GO-Cp-16, ainda que a comunidade se refira a ele como “Pedra da Pintura”. Sendo assim, foi elaborado um portfólio com fotografias em tamanho A4 deste sítio com as pinturas grifadas em preto (Figura 14) para facilitar a visualização. Desse modo, enquanto se realizavam as entrevistas, os interlocutores olhavam as imagens, lembrando detalhes das pinturas, o que incentivava o aprofundamento do diálogo e o surgimento de novas informações (Figura 13). Os interlocutores eram avisados que as pinturas estavam artificialmente grifadas nas imagens para facilitar a visualização, pois sem o aviso o contorno preto poderia ser confundido como parte original das pinturas.



Figura 11: Material de apoio das entrevistas. Foto: Cristiane Loriza Dantas.

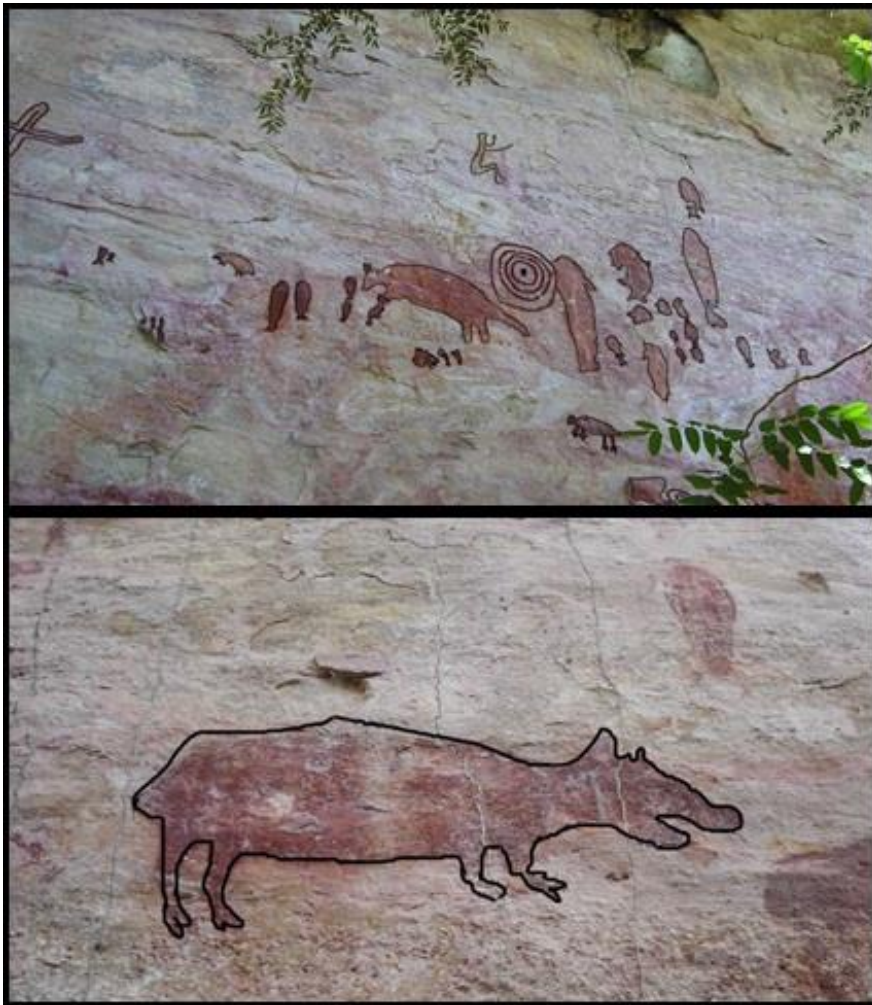


Figura 12: Pinturas do sítio GO-CP 16 grifadas. Foto: Mariza de Oliveira Barbosa.

2.1.3. A arte rupestre do sítio GO-Cp-16

Os sítios arqueológicos de Palestina de Goiás estão inseridos em um contexto paisagístico dos altos chapadões que atingem até mil metros de altitude. Existem paredões de arenito com um número elevado de abas rochosas, que podem ser utilizadas como abrigo. As pinturas dos sítios arqueológicos são, em sua maioria, vermelhas, raramente pretas ou policromas (vermelho e amarelo e/ou preto). Nos paredões verticais e limpos se encontram reproduções de animais e cenas do cotidiano, e nos pequenos abrigos encontram-se riscos e formas geométricas (SCHMITZ et al., 1984).



Figura 13: Sítio GO-CP 16. Foto: Mariza de Oliveira Barbosa.

Conforme mencionado anteriormente, a região de Palestina de Goiás possui um complexo de vários sítios arqueológicos. No entanto, neste trabalho é focado principalmente o sítio GO-Cp-16, por ser o sítio arqueológico mais conhecido entre a comunidade local.

Por conseguinte, consideramos relevante que algumas informações sobre esse sítio sejam apresentadas.

Schmitz et al. (1986, p.101) ressaltam as pinturas desse sítio como as “mais expressivas da área”, e assim as caracterizam:

As representações geométricas estão predominantemente na parte baixa do paredão, ao passo que as biomorfos estão distribuídas fora do alcance da mão. Além disso, a parte baixa, até uns 170 cm de altura, está lambuzada de vermelho, resultado do respingo da chuva, não se distinguindo praticamente os motivos, a não ser em determinados pontos menos vermelhos. (SCHMITZ et al., 1986, p.102).

Nesse sítio também foram encontrados materiais líticos e artefatos cerâmicos. Sua datação mais antiga é de cerca de 4 mil anos, suas pinturas são todas vermelhas e são caracterizadas pela presença de representações em movimento, denominado de cenas ou concentrações de unidades, aparentemente vinculadas entre si. Entre as representações, Schmitz et al. (1986) oferecem, com base em análises morfológicas das pinturas, as seguintes classificações: uma rede de peixe; cardume de peixes; planta com tubérculos; caça de veado com duas crias; e várias cenas com humanos. Seguem (Figura 15) as pinturas do sítio reproduzidas e publicadas por Schmitz et al. (1986) e algumas imagens fotográficas da área.

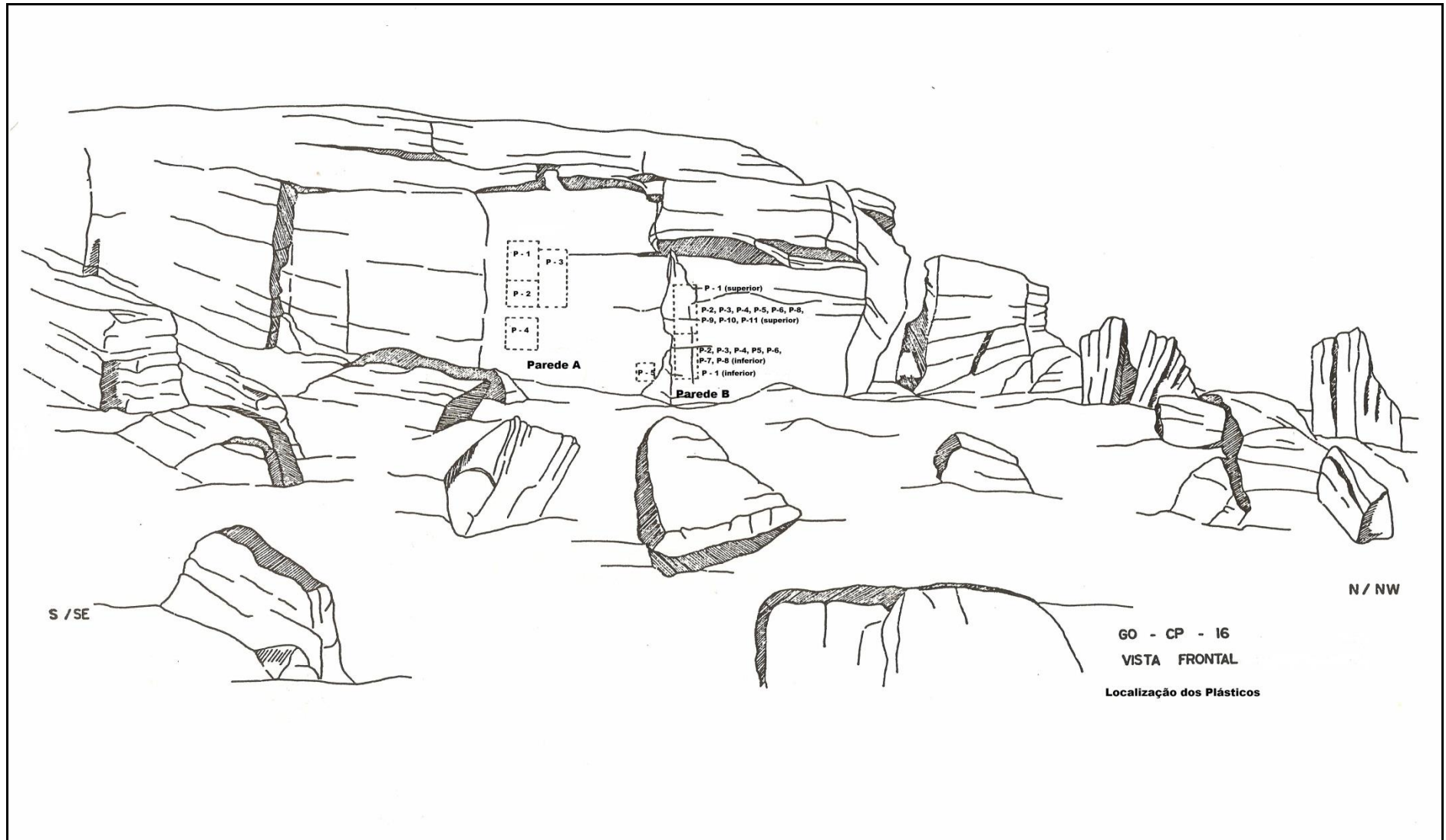


Figura 14: Vista frontal do paredão do sítio GO-CP 16. Fonte: Schmitz et al., 1986.

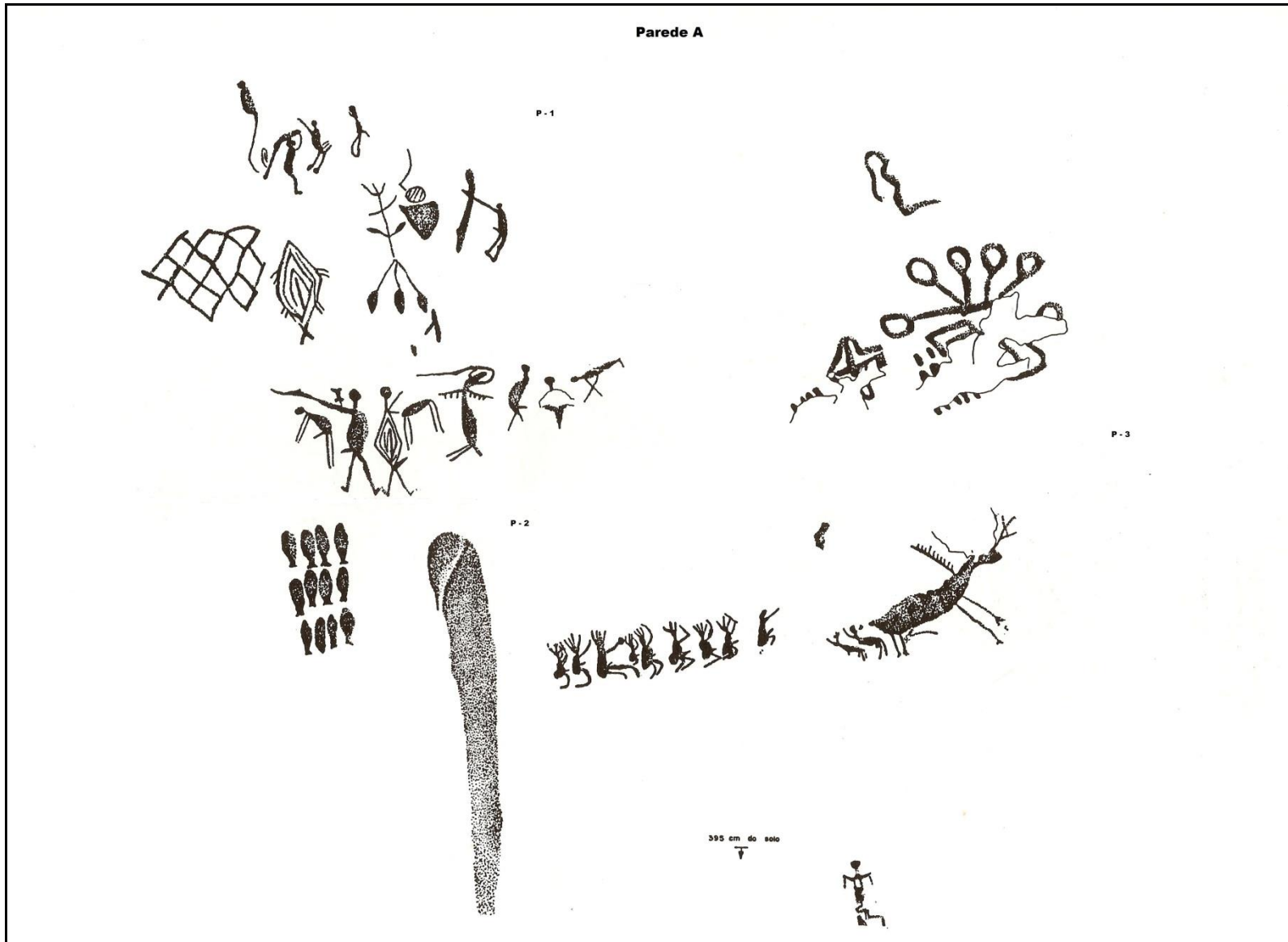


Figura 15: Representações da Parede A.

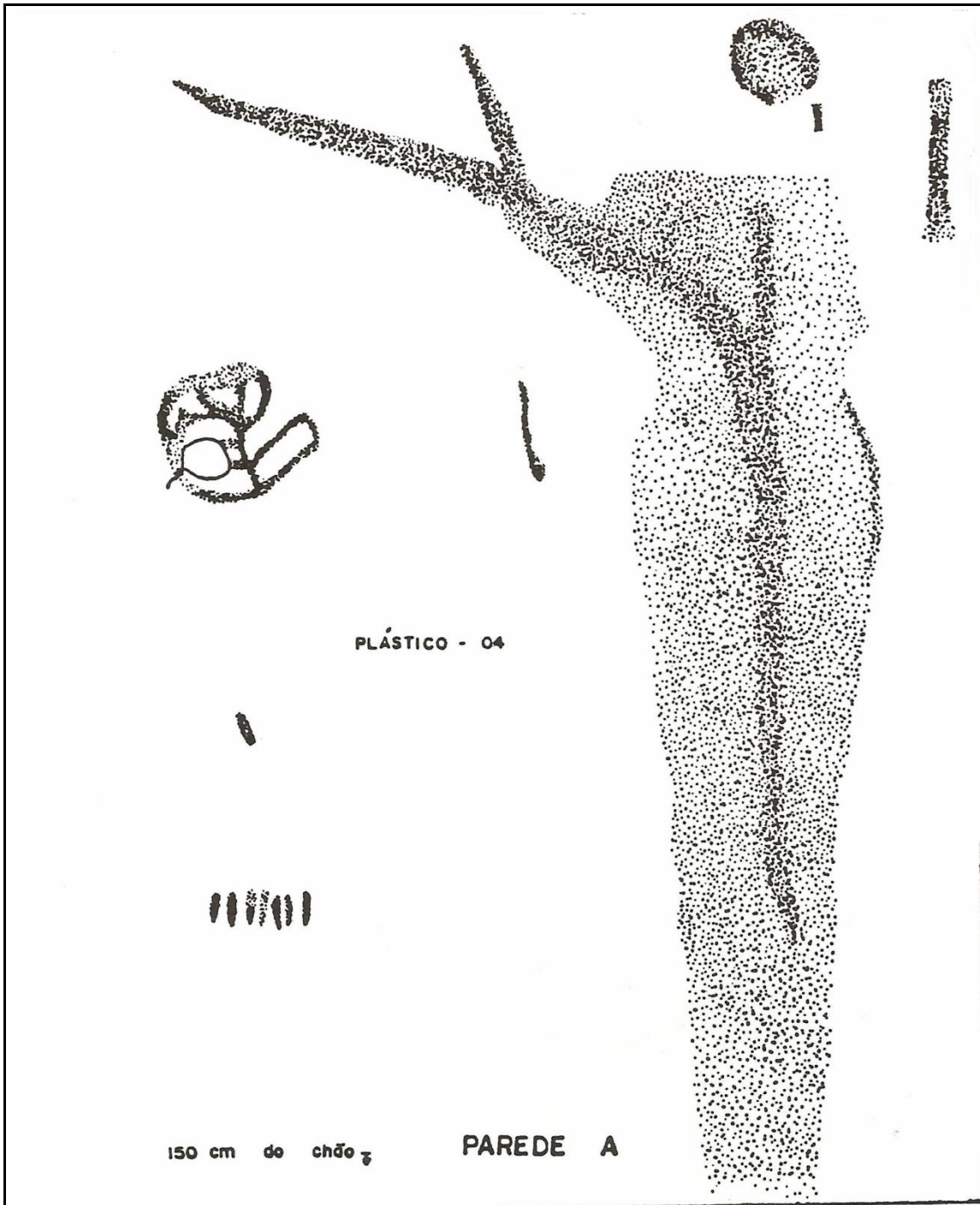


Figura 16: Representações da Parede A.

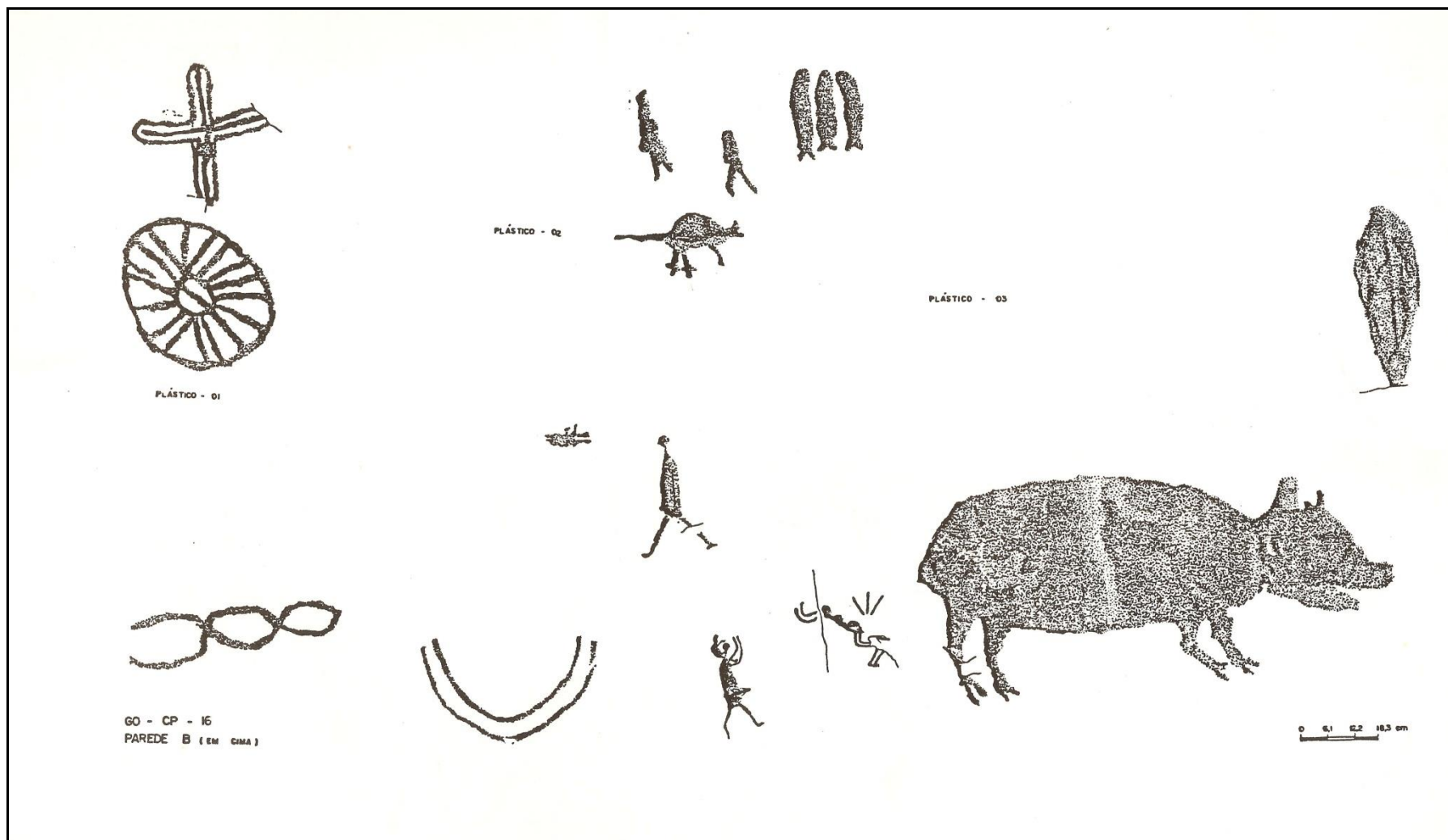


Figura 17: Representações da parte superior da parede B. Fonte: Schmtz et al., 1986.

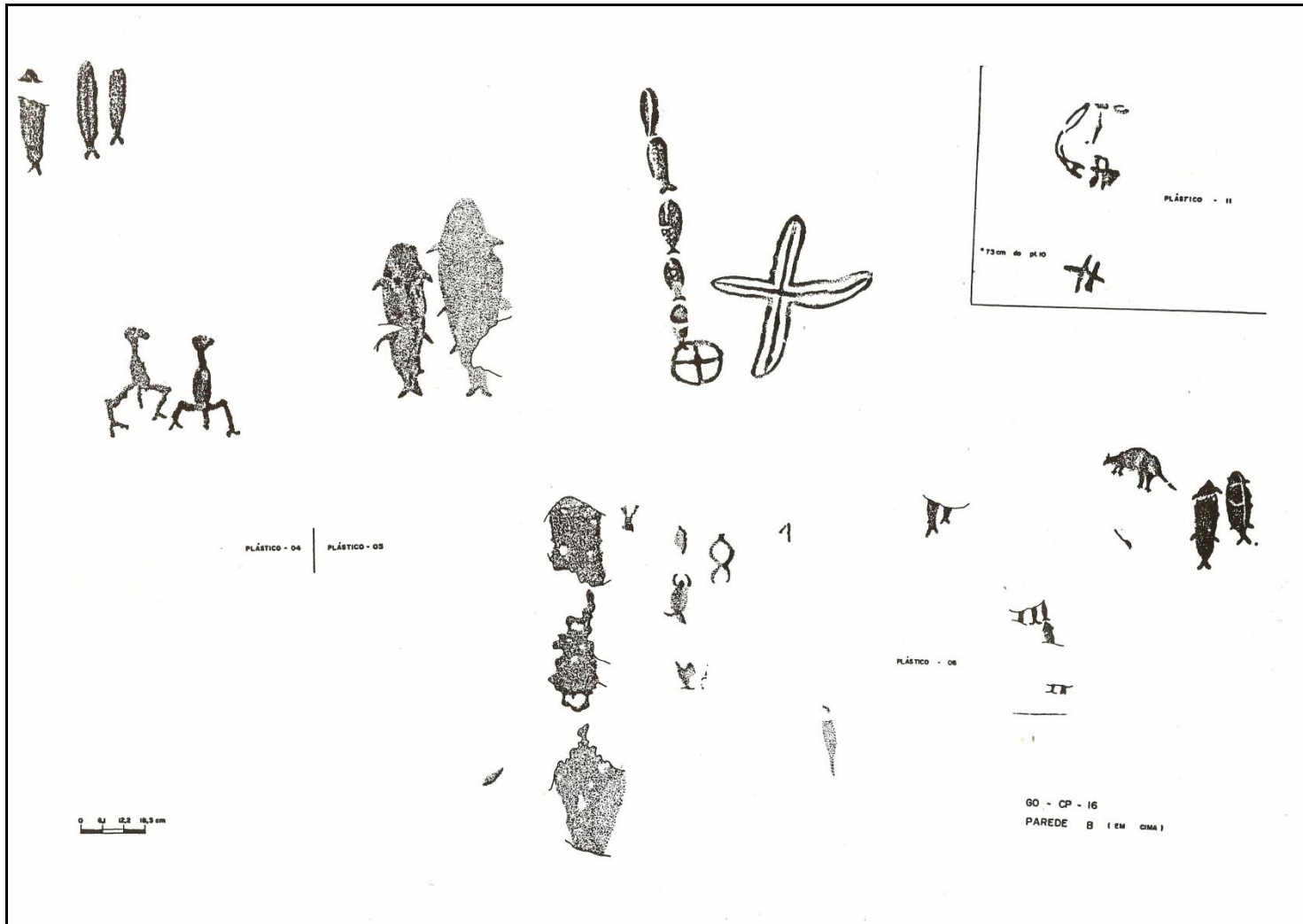


Figura 18: Representações da parte superior da parede B. Fonte: Schmitz et al., 1986.

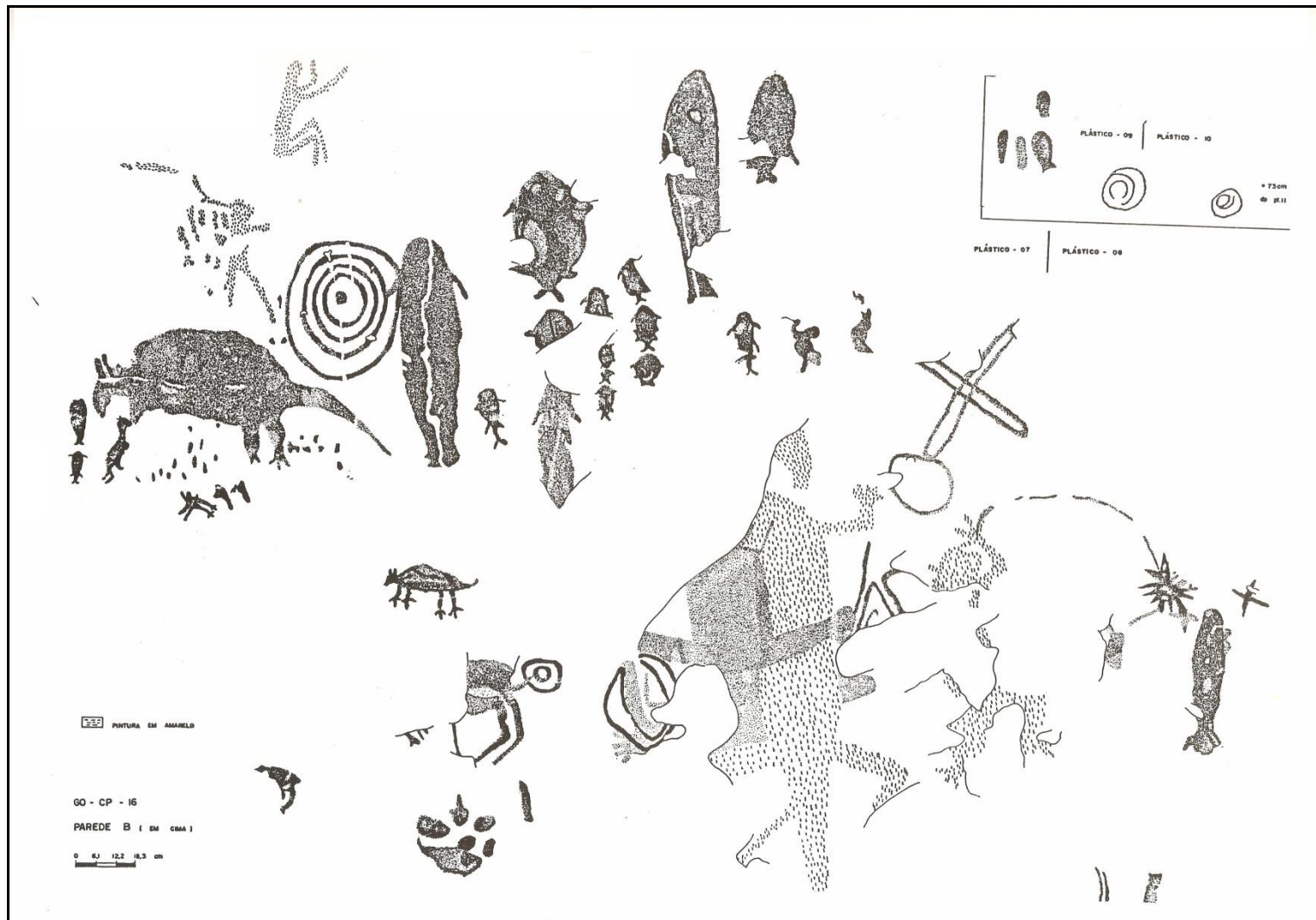


Figura 19: Representações da parte superior da parede B. Fonte: Schmitz et al., 1986.

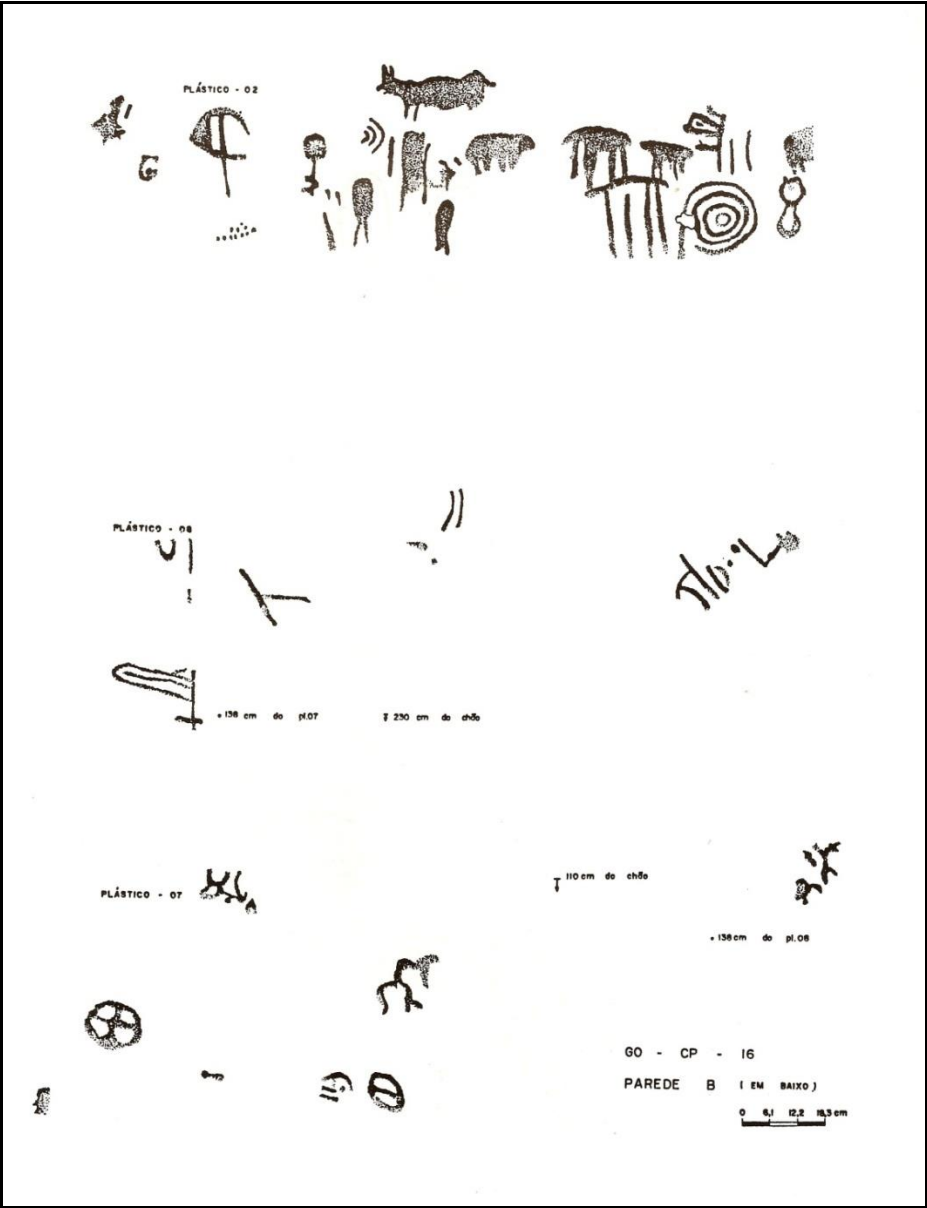


Figura 20: Representações da parte inferior da parede B. Fonte: Schmitz et al., 1986.

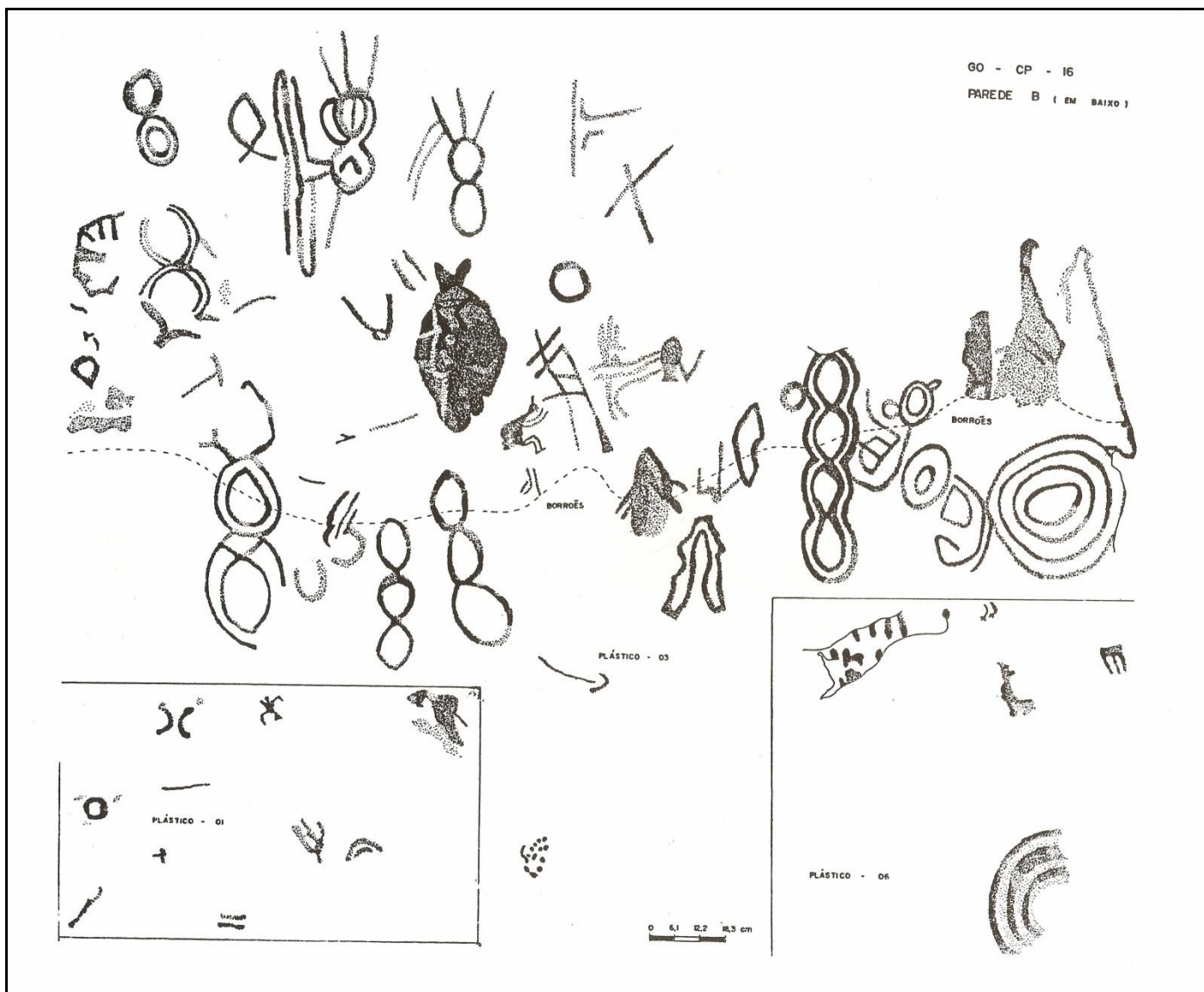


Figura 21: Representações da parte inferior da parede B. Fonte: Schmitz et al., 1986.

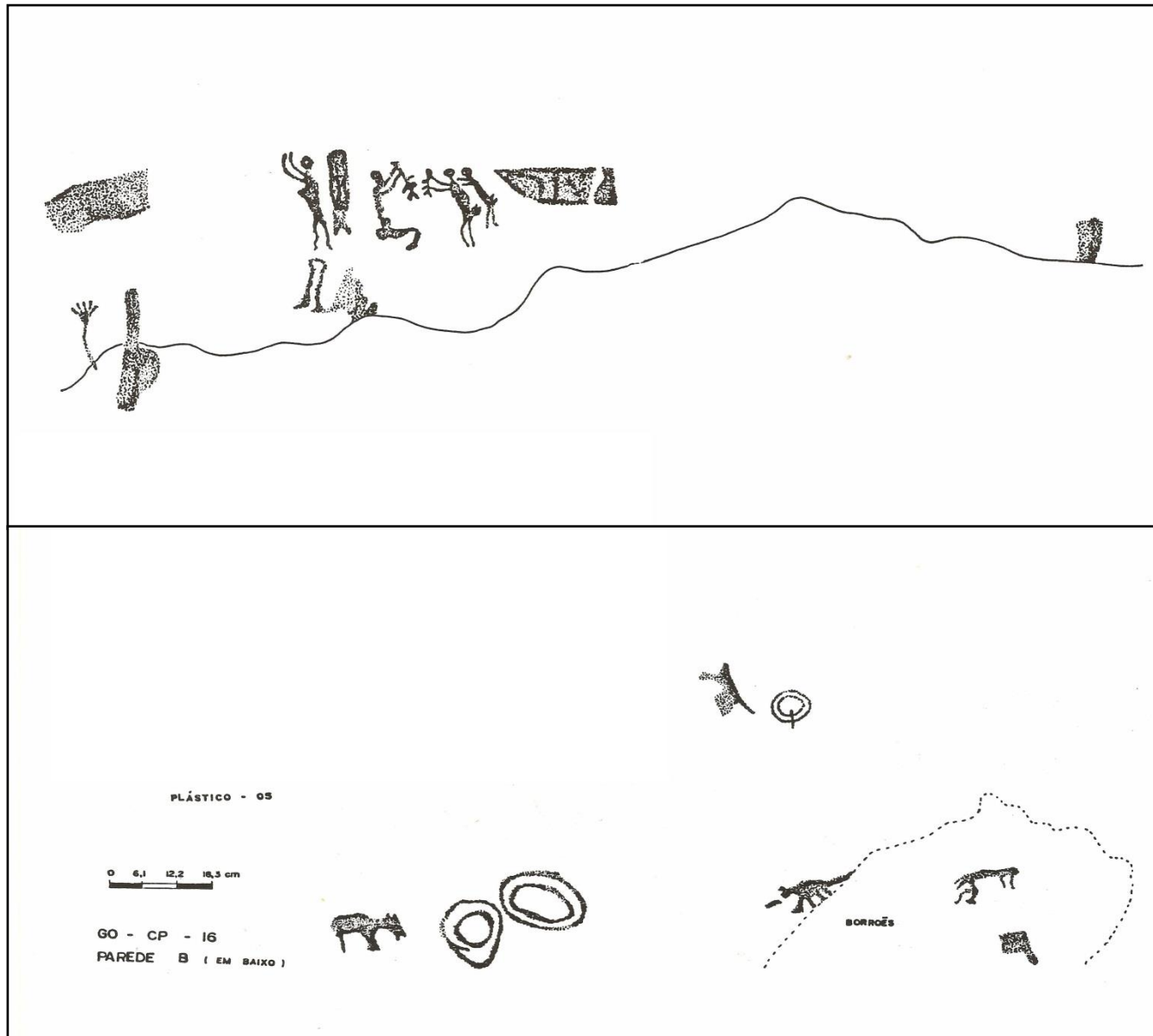


Figura 22: Representações da parte inferior da parede B. Fonte: Schmitz et al., 1986.



Figura 23: Pinturas do sítio arqueológico GO-CP16. Fotos: Mariza de Oliveira Barbosa.

2.2. Resultados da pesquisa de campo

Conforme elucidado anteriormente, foram realizadas 21 entrevistas (176 minutos) cujos áudios seguem em anexo. Para tanto foi realizada metodologia semiestruturada e análise qualitativa dos dados. Serão apresentados neste tópico um resumo das respostas de cada uma das questões do roteiro e também uma discussão mais aprofundada das informações mais relevantes. Segue a Figura 25 com as imagens de alguns dos interlocutores.



Figura 24: Moradores locais entrevistados. Da esquerda para direita, de cima para baixo: João Marciano; Érica Cristina; Verônica e Ana Gabriela; Kássio e Thailiny; Ana Francisca e Abração; Sebastiana. Fotos: Cristiane Loriza Dantas.

Quando indagados se sabiam o que é um sítio arqueológico e o que é arte rupestre, onze pessoas disseram que sim e dez pessoas disseram que não.

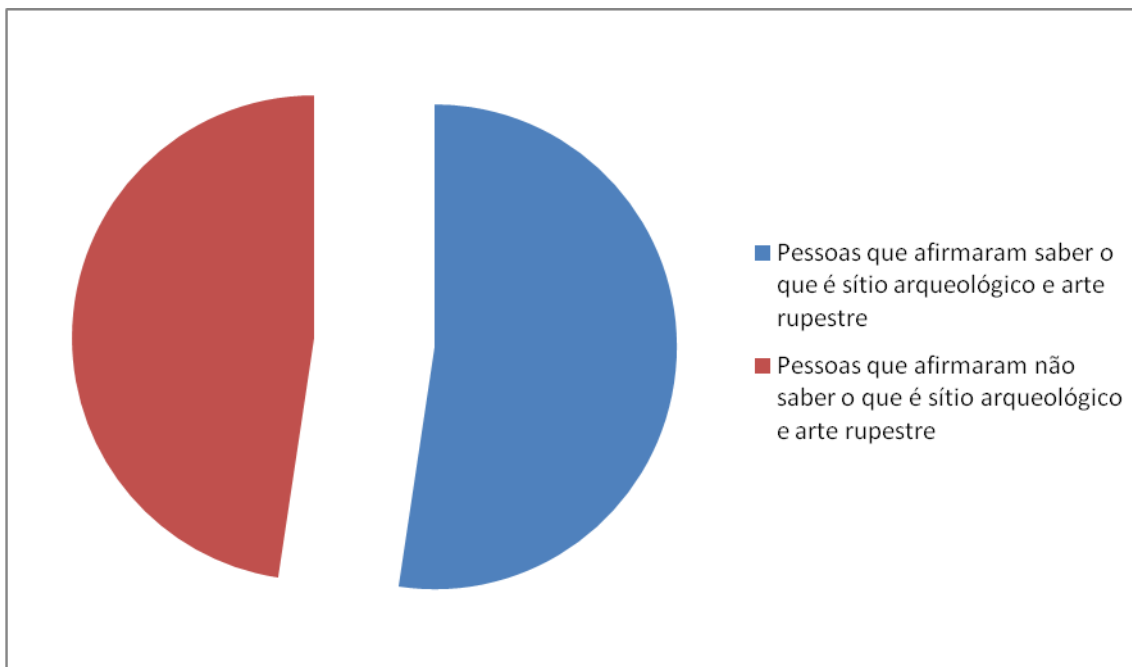


Gráfico 5: Pessoas que sabiam e pessoas que não sabiam o que significam sítio arqueológico e arte rupestre.

Quando explicávamos do que se tratava para as pessoas que responderam que não sabiam, eles alegavam que somente não conheciam os termos “sítio arqueológico” e “arte rupestre”: *“Uai, então eu sei o que que é, mas não sei direito o que significa essa palavra. Eu conheço por outra palavra, eu conheço por Pedra da Pintura”* (Sebastião Baroni, 54 anos).

Quase todas as pessoas afirmaram conhecer e se importar com os sítios arqueológicos da região. A maioria das pessoas também afirmou que gostaria de saber mais sobre os sítios arqueológicos. Quando foi feita a pergunta “se os sítios arqueológicos fossem destruídos você se incomodaria” os entrevistados deixaram claro que sim.

Isso tem que ser preservado. É muito interessante, é tipo um mistério. (Entrevista com Edvaldo Gabriel Souza, 46 anos).

Se os sítios fossem destruídos eu acharia muito ruim, porque se isso acontecesse apagariam uma parte da história. (Eliezer Alves de Souza, 12 anos).

Apenas o senhor Antônio Valdo Bueno afirmou não conhecer nem se importar com os sítios arqueológicos.

[...] eles falam que lá tem umas coisas, umas letras, pois é, e eu nunca fui lá olhar, eu sou meio desincutido com as coisas. Eu não tenho vontade de conhecer é porque não tem conveniência nenhuma pra mim né. Distância grande eu não ando, perto das vezes não sobra tempo, então minha área é resumida.

Se aquilo fosse destruído não faria diferença pra mim não. (Antônio Valdo Bueno, 82 anos)

Quando questionados sobre quem fez as pinturas, as opiniões se dividiram. Todos os entrevistados afirmaram já terem ouvido falar que as pinturas foram feitas por grupos indígenas que viveram ali no passado; contudo, alguns deles não acham esse fato provável.

Dez pessoas afirmaram que as pinturas foram feitas por grupos indígenas pretéritos. Nove pessoas disseram que as pinturas foram feitas por Deus. Duas pessoas acham que as pinturas são naturais da rocha.

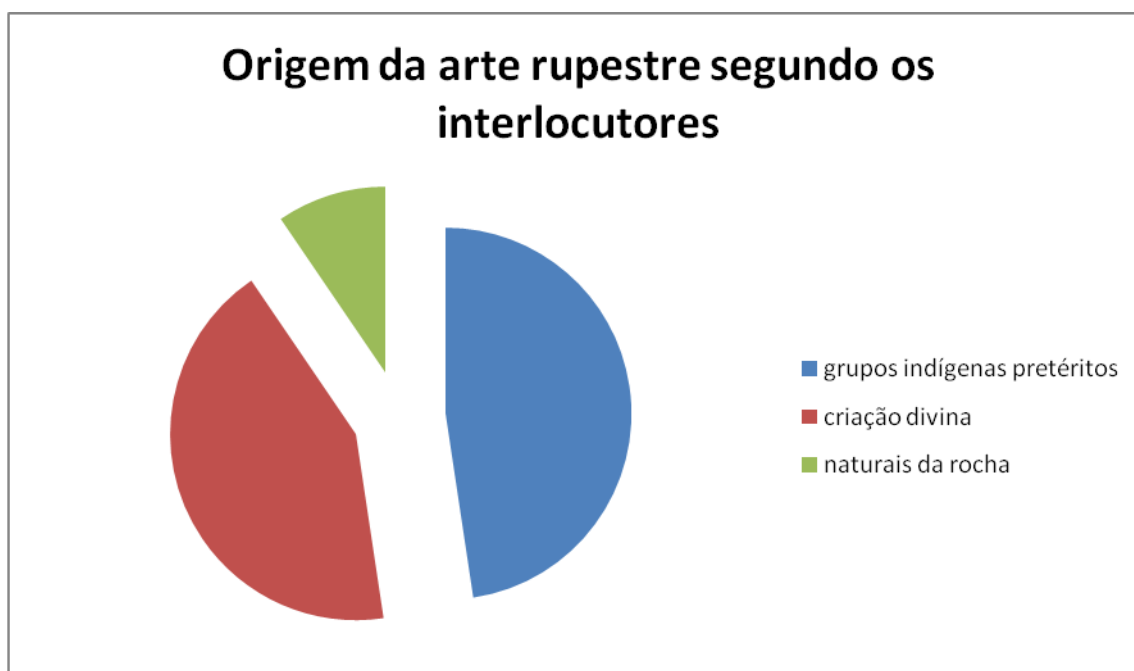


Gráfico 6: Origem da arte rupestre segundo os interlocutores.

É importante ressaltar que o casal que afirmou que as pinturas “são da natureza” concerne a um discurso muito semelhante ao das pessoas cujas afirmações indicam que as pinturas são “coisa de Deus”. Para tanto, alegam que, se as pinturas tivessem sido feitas por mãos humanas, elas não teriam durado até a hoje. Além disso, também referiram que o paredão rochoso sofre desgastes, que alguns blocos rochosos se desprendem do paredão e que a pintura continua lá como se existissem da superfície até o interior da rocha.

[...] já ouvi dizer que foi índio que fez aquilo lá... Mas essa pedra é muito estranha, a pedra soltou da outra e aí o desenho continua dentro da pedra, eu acho que é um mistério... parece que tá novo... Deve ser de Deus aquilo ali. (Maria da Silva Bueno, 75 anos).

Eu ouvi dizer que tudo que tem lá os índio que fez. Mas no mesmo tempo eu vorto atrás e eu acho que não, porque tem época que as pedras trocam de roupa. A pedra vai sortando uma camada mais veia e vai aparecendo outra mais nova. Então se fosse feito pelos índios esses desenhos ia embora, então deve ser de Deus mesmo. (Sebastião Martins, 54 anos).

[...] a gente imagina: será que foram os indígenas que fizeram esses desenhos? Ou será que já vêm da natureza mesmo? Mas deve ser da natureza, porque a pedra casca, e a pintura continua lá dentro. (Ieda Fagundes Macedo, 66 anos).

Quando eu mudei pra cá eu tinha muita curiosidade de conhecer essas pedras com pintura. Um dia eu estava trabalhando com um rapaz que me mostrou onde era e eu fui lá conhecer, aí eu fiquei olhando aquilo e pensei que de certo era desenho da natureza mesmo. Eu acho que não foi ser humano que fez aquilo não, aquilo já ficou desenhado da natureza mesmo. Eu acho que se fosse o ser humano que tivesse feito aquilo já tinha apagado, e eu observei que tem pedra daquela que casca e o desenho aparece outra vez. Mão de ser humano não fez aquilo lá. (Edvar Alves Macedo, 69 anos).

As pessoas cujas afirmações indicam que as pinturas foram feitas por indígenas alegam que tais pinturas podem ter sido feitas para demarcar território, para ficar gravado para a posteridade ou simplesmente pela arte. Tais interpretações apresentam semelhanças com as interpretações científicas feitas ao longo do tempo. Já para as pessoas cujas afirmações apontam que as pinturas foram feitas por Deus, assim como para o casal que afirmou que as

pinturas são naturais da rocha, não é possível saber o motivo, pois seria um mistério divino e/ou da natureza.

[...] é um mistério, eu imagino que aquilo é um mistério que sei lá, porque se fosse desenhado aquilo saía quando a pedra cascasse. (Ieda Aparecida Fagundes, 66 anos).

[...] é um mistério, às vezes pode ter um segredo para aquilo ali ficar lá pra sempre, se não aquilo já tinha acabado. (Donizete Alves Bueno 42 anos).

Segue o Quadro 5, em se apresenta um panorama geral dos resultados das principais perguntas das entrevistas.

Nome	Idade	Você sabe o que é sítio arqueológico?		Você sabe o que é arte rupestre?		Você conhece algum sítio arqueológico na sua região?		Você gostaria de saber mais sobre os sítios arqueológicos da sua região?		Se eles fossem destruídos você se incomodaria?		Quem você acha que fez as pinturas?
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Anita da Silva	59	X		X		X		X		X		Indígenas
Verônica da Silva	41	X		X		X		X		X		Indígenas
Ana Gabriela da Silva	8	X		X		X		X		X		Indígenas
Leila Maria Souza e Silva	33	X		X		X		X		X		Indígenas
João Carlos de Oliveira	40	X		X		X		X		X		Indígenas
Kassio Carlos S. de Oliveira	18	X		X		X		X		X		Indígenas
Thailiny S. Oliveira	21	X		X		X		X		X		Indígenas
Erica Cristina	12	X		X		X		X		X		Deus
Sebastião Martins	54		X		X	X		X		X		Deus
Ana Francisca da Silva		X		X		X		X		X		Deus
Abraão dias da Silva		X		X		X		X		X		Indígenas
Antônio Valdo Bueno	82		X		X		X		X		X	Deus
Maria da Silva Bueno	75		X		X	X		X		X		Deus
Edvar Alves Macedo	69		X		X	X		X		X		Natural
Ieda Aparecida Fagundes	66		X		X	X		X		X		Natural
Donizete Bueno	48		X		X	X		X		X		Deus
Maximina Bueno	37		X		X	X		X		X		Deus
Edvaldo Gabriel Souza	46	X		X		X		X		X		Indígenas
Eliezer Alves de Souza	12	X		X		X		X		X		Indígenas
João Marciano dos Santos	80		X		X	X		X		X		Deus
Sebastiana Bueno Duarte	79		X		X	X		X		X		Deus

Quadro 5: Panorama geral das entrevistas.

Mediante uma análise qualitativa dos dados gerados pelas entrevistas podemos afirmar que uma informação de grande relevância, tanto por sua recorrência quanto por sua peculiaridade, é a de que 52% dos entrevistados afirmaram que as pinturas e gravuras nas pedras não foram feitas por “mãos humanas” e sim que possuem origem divina e/ou natural.

Além da origem divina outras afirmações de conotação mística surgiram ao logo das entrevistas, tais como, menções à aparições de luzes; barulhos sobrenaturais; dragões, entre outros. Contudo tais afirmações surgiram de forma isolada sem recorrência ou padronização do discurso dos interlocutores.

Já sobre a origem divina das pinturas rupestres o discurso é recorrente e segue um mesmo padrão de relato. Os entrevistados afirmaram observar que o suporte rochoso das pinturas e gravuras sofre desgastes com as chuvas e, segundo eles, “a camada velha da pedra vai embora e mesmo assim a pintura fica”. Trata-se de alegação usada várias vezes por pessoas diferentes para justificar a origem natural e/ou divina, visto que, para elas, as pinturas e gravuras estão presentes desde a superfície até o interior da rocha.

A senhora Ana Francisca da Silva acredita na origem divina das manifestações rupestres, mesmo convivendo há muitos anos com a presença de arqueólogos que se hospedam em sua propriedade durante as etapas de suas pesquisas. Não lhe é desconhecido o fato de os cientistas atribuírem a autoria das representações rupestres a grupos indígenas. Nem mesmo as placas e sinalizações do governo federal, colocadas em seu quintal informando que se trata de locais que foram habitados por indígenas que ali deixaram seus vestígios, demovem Ana Francisca de sua opção pela crença na origem divina de tais manifestações.

Vocês me desculpem, mas eu acho, no meu modo de pensar, cada um pensa do seu jeito né. Pra mim as pinturas das pedras é coisa da natureza, coisa de Deus mesmo. (Ana Francisca da Silva).



Figura 25: Entrevista com Dona Ana Francisca e Seu Abraão. Foto: Cristiane Loriza Dantas.

Uma das crianças entrevistadas (Erica Cristina), que já havia participado anteriormente na pesquisa realizada pelo arqueólogo Marcelo Lemos, demonstrou conhecimento acerca dos sítios arqueológicos de arte rupestre. Ela disse que tinha aprendido na escola e que seu professor havia levado os alunos para uma visita ao sítio. No entanto, quando mantivemos contato com ela (dois anos após a primeira entrevista), afirmou não saber o que eram sítio arqueológico e arte rupestre, e reproduziu o discurso de que as pinturas eram naturais da rocha e, portanto, feitas por Deus. Esse fato demonstra a força de tal discurso na região, pois mesmo que ela tenha recebido e assimilado as informações científicas, o que prevaleceu foi o discurso da comunidade.

Eu aprendi sobre isso foi no quinto ano, eu estou no sétimo ano, já não me lembro muito bem.

Muita gente acha que foi Deus que deixou as pinturas, mas meu pai acha que não, porque tem vez que a gente vai e o desenho está mais escuro, mais visível, e tem vez que a gente vai e já não tem muita coisa mais. Mas eu acho que foi Deus. (Erica Cristina Peres de Souza, 12 anos).

Um total de 52% dos entrevistados atribuiu à origem divina e/ou natural as representações rupestres. Ao mesmo tempo, no entanto, eles levantam dúvidas sobre a própria afirmação, indagando-se sobre a autoria de povos indígenas do passado. Refere-se a situações que passam pelo que Gonçalves (2005) entende como “construção do passado”, em que as pessoas atribuem ao bem patrimonial uma origem e significado que não se choquem com sua visão de mundo no presente. A ambiguidade dessa construção, contudo, se torna clara quando eles mesmos questionam a própria afirmação, conforme esclarece o autor:

Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este por sua vez se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações. Desse modo, o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso. (GONÇALVES, 2005, p.19).

As ressignificações atribuídas pelos moradores à arte rupestre de Palestina de Goiás demonstram o passado trazido para o presente em uma operação imaginária de sentido. Segundo Pesavento (2006), inventamos o passado, recriamos a realidade no pensamento ao evocar o que não pode ser mais verificável.

Segundo Tocchetto (2010), a apropriação das representações passa pelo processo de recepção, o que implica uma releitura particular de forma a ajustarem-se às necessidades do receptor. A comunidade local interpreta a arte rupestre para que ela faça sentido à sua visão de mundo.

As ressignificações atribuídas às pinturas e gravuras rupestres de Palestina de Goiás permitem que façam sentido à visão de mundo das pessoas que convivem diariamente com elas. A valoração religiosa permeia os mais variados aspectos da vida dessas pessoas e está presente no entendimento e ressignificação dos símbolos que as cercam.

Mais de 50% dos entrevistados se declararam de religião evangélica, assim como cerca de metade afirmou acreditar na origem divina das manifestações rupestres. Contudo, o pastor local, Sr. Edvaldo Gabriel de

Souza, e sua família acreditam que foram comunidades indígenas do passado que deixaram tais vestígios.

O pastor Edvaldo foi selecionado como interlocutor da presente pesquisa na categoria de liderança local (liderança religiosa). Quando fomos entrevistá-lo acreditávamos na influência da sua opinião e que provavelmente os seus fiéis reproduzissem seu discurso. Contudo, ao contrário do que esperávamos, o pastor não acreditava na origem divina das pinturas rupestres e nem sabia que seus fiéis pensavam assim.

[...] eu penso assim pela pouca experiência que tenho com a Bíblia se fosse alguma coisa de Deus ou de um profeta, de um mensageiro de Deus, era mais provável que ele deixasse uma escrita.

Eles acham que se fosse coisa feita pelo homem já tinha acabado? Eu acredito que a geração antiga tinha os meios deles fazerem as coisas, da mesma forma que eles não tinham noção do que o homem do futuro poderia fazer, nós não temos noção do que o homem do passado podia fazer. (Edvaldo Gabriel de Souza, 46 anos).

O fato de o pastor não saber a opinião dos seus fiéis a respeito da arte rupestre pode demonstrar que não há uma intervenção sobre esse assunto no âmbito religioso (pastor/fiéis). Talvez eles não considerem o tema pertinente, talvez isso não cause interesse. Ou também pode ser que as pinturas estejam tão integradas a sua paisagem cultural que não haja necessidade de se discutir a respeito.

A leitura que cada grupo faz do mundo que o cerca interfere na eleição do que é considerado importante e do que é legitimado como patrimônio cultural. Afinal, apesar de a arte rupestre brasileira encontrar-se inserida legalmente na categoria de patrimônio cultural, a comunidade não necessariamente a entenderá dessa forma. Questões culturalmente determinadas serão decisivas na eleição do que é considerado significativo como patrimônio cultural ou não.

Segundo Gonçalves (2005), existem casos em que o bem cultural é classificado como patrimônio cultural pelo Estado, mas não o é assim reconhecido pela população. Para esse autor, “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Apesar de parte dos entrevistados não entenderem a arte rupestre de acordo com a visão oficial disseminada pelos acadêmicos e pelo Estado, eles se preocupam em preservá-la.

Eu sempre falo pras pessoas que vêm visitar que pode tirar foto, “firma”, mas aonde tiver uma pedra ela tem que ficar naquele lugar. Não retira ela do lugar não e nem carrega nada de lá, nem destruir nada, vandalismo definitivamente não. Se descobrir vai preso, eu falei assim: “Você vai lá e depois se eles vier e tiver algum vandalismo lá eu vou contar quem teve lá”. Eu aperto eles né, porque não pode destruir, aquilo lá é muito importante. (Sebastião Martins, 54 anos).

Os entrevistados demonstraram interesse em conhecer mais sobre o patrimônio cultural de sua região e também se mostravam orgulhosos. Alegaram que sempre ficam curiosos a respeito das descobertas dos pesquisadores que circulam pela região.

O diálogo da arqueologia com a educação indica caminhos para reflexões sobre ética de intervenção em projetos de conservação do patrimônio cultural do outro. Na entrevista, a secretária municipal de educação Leila Maria de Souza e Silva afirmou que a prefeitura gostaria de ter uma participação mais ativa nas visitas turísticas e acadêmicas realizadas nos sítios arqueológicos; contudo, eles não têm nenhum tipo de projeto que formalize e/ou organize tais visitas. A secretária também referiu que, diferentemente das pessoas da zona rural, muitas pessoas da cidade de Palestina de Goiás não conhecem os sítios arqueológicos:

Aqui na cidade a população quase não conhece, não conhece nem as cachoeiras. Agora tem algumas fotos aqui na prefeitura, mas é só das cachoeiras, dos sítios não tem. Quando eu pesquisei sobre o assunto todo mundo dizia que não conhecia, eu entrevistei um dos fundadores de Palestina e pessoas mais idosas e ninguém conhecia. Hoje os alunos já conhecem. (Leila Maria de Souza e Silva, 38 anos).

Diferentemente das pessoas da zona urbana, que não conhecem o complexo de sítios arqueológicos e cachoeiras com alto potencial turístico que existe em sua região, as pessoas da zona rural conhecem e convivem diariamente com ele, realizando atividades rotineiras nesses lugares.

As observações empíricas têm grande validade para comunidades rurais, cujas atividades do dia a dia são realizadas observando a paisagem e o ambiente. Assim uma conclusão a que essas pessoas chegaram observando sua paisagem cultural tem mais validade para eles do que a interpretação científica fundamentada em vários conceitos teóricos e abstratos.

A explicação de que os desenhos têm origem sobrenatural repousa na observação que fazem dos desgastes sofridos pelos suportes rochosos da pintura. Algumas pinturas são posteriores ao descolamento de blocos rochosos. Essas pessoas observam que os blocos presentes no chão anteriormente pertenceram ao paredão, e que a parte que ainda está fixa possui pinturas. Isso as leva a concluir que as pinturas estão ali desde a superfície até o interior da rocha.

Para essas pessoas o mundo natural é o mundo divino. Assim, as coisas naturais pertencem a Deus. As ações divinas estão além da compreensão humana, pois Deus age de maneira misteriosa. É parte da crença cristã que os fiéis aceitem coisas que eles não conseguem entender, conforme demonstra a seguinte passagem bíblica: “Deus age de forma maravilhosa e misteriosa na nossa vida, como disse o próprio Cristo *o que eu faço não o sabes tu agora, mas tu saberás depois*” (João 13:7). Por conseguinte, o entendimento é de que Deus pode deixar desenhos em rochas mesmo que ninguém compreenda a mensagem, pois se trata de um mistério divino.

A comunidade rural de Palestina de Goiás, assim como a comunidade científica, não pode acessar o que Saussure (1978) entende como significado dos signos da arte rupestre atribuídos pelas pessoas que produziram tais representações. Contudo, a comunidade local faz sua própria leitura dos signos da arte rupestre e gera o que Pierce (1977) classifica como *interpretante* condizente com a sua visão de mundo.

3. Interpretação dos dados

A arqueologia, mais do que qualquer outra ciência, volta seu olhar para o estudo da cultura material, pois esta é sua fonte primária de acesso aos grupos estudados. Portanto, a arqueologia precisou construir e/ou se apropriar de mecanismos teóricos, metodológicos e técnicos para se aprofundar no entendimento dos aspectos concretos, assim como dos aspectos subjetivos da cultura humana. As reflexões sobre a materialidade da cultura e suas interações nas relações sociais, contudo, não são objetos exclusivos da ciência arqueológica. Elas têm sido desenvolvidas também por pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais e humanas (LIMA, 2011).

Portanto, podemos observar uma relação entre História e Arqueologia no que concerne à noção de cultura material. Ambas as ciências buscam na materialidade o cotidiano e a coletividade. Se a Arqueologia pré-histórica foi a disciplina que mais desenvolveu métodos e técnicas que viabilizaram estudos meticulosos sobre os objetos, desvelando deles aspectos cotidianos e escolhas culturais coletivas, coube à História Cultural desenvolver, de forma sistemática, uma leitura da materialidade na busca pelo anônimo, pela história das massas (de coletividade), em oposição à história política de ilustres (reis, nobreza), materializadas nas estruturas do cotidiano (GUIMARÃES, 2005).

Entretanto, a cultura material como documento histórico e sua legitimidade necessita muitas vezes ser atestada por documentos escritos, caracterizando assim “um esvaziamento do referencial explicativo da cultura material”, como observa Rede (1996, p. 274).

As subdivisões estabelecidas no conceito de cultura segregam determinados aspectos (materiais, simbólicos, comportamentais etc.), contudo elas só existem em um nível teórico. Segundo Rede (1996), no âmbito da

historiografia tem se superado a separação entre práticas e representações, em benefício de uma dialética mais complexa da ação social. Prática e representação são tomadas como dimensões inextricáveis da vida cultural, alimentando-se mutuamente, sem que as seja possível compartimentar.

Conforme explica Lima (2011), a cultura material é indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento. No entanto, as primeiras teorias voltadas para o estudo da cultura material abordavam-na como elemento passivo da cultura. Assim, os artefatos seriam inertes e possuiriam significados que lhes seriam inerentes, cabendo ao investigador a missão de descobrir esses significados e assim reconstruir o passado.

No entanto essa visão foi se modificando, e hoje podemos entender o papel ativo da cultura material, como asseverado por Lima (2011, p. 21):

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

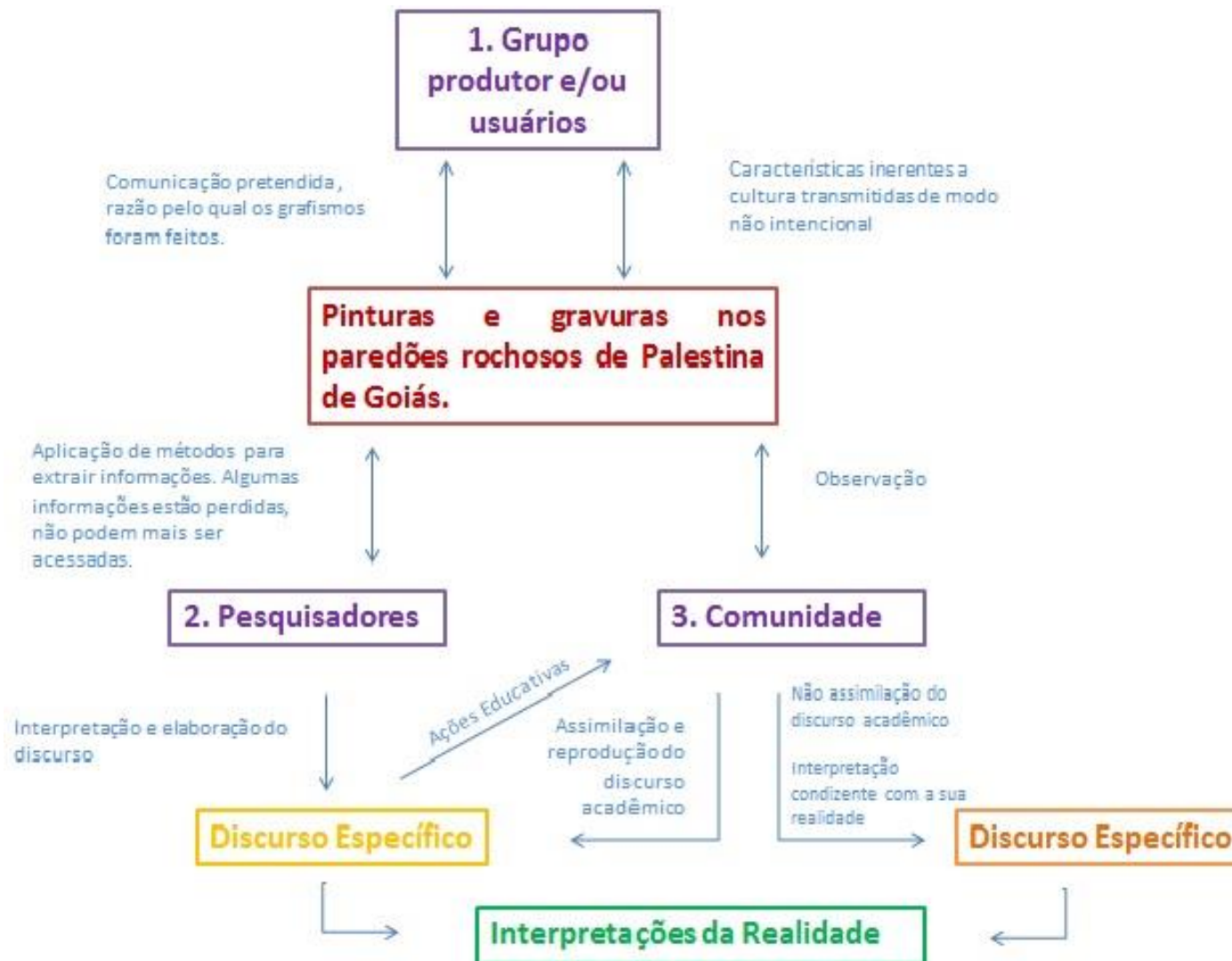
Segundo Gonçalves (2005), na literatura etnográfica, encontram-se vários casos em que os objetos são entendidos como extensões de seus donos e fazem parte da totalidade cósmica social. A materialidade cultural pode ter ao mesmo tempo um sentido utilitário e um significado mágico-religioso. Nessa direção, não podemos atribuir ao que chamamos de cultura material delimitações classificatórias muito definidas, pois ao mesmo tempo em que pode ser classificado como objeto também pode ser entendido como sujeito.

Dentre os acirrados debates contemporâneos sobre o estudo da cultura material algumas correntes vêm tratando esse tema como uma construção e um meio de comunicação envolvida em prática social, sendo que a sua concepção está na leitura de códigos de representações, ou manifestação de práticas simbólicas constituídas e situadas em relação ao grupo. Nesse sentido, a cultura material pode ser pensada por meio dos estudos dos signos que podem ser compreendidos como palavras, imagens, sons, gestos ou objetos. Por isso, o seu estudo permeia aspectos constituintes que nunca são

arbitrários, visto que são intrinsecamente motivados, o que significa que eles serão sempre simbólicos (HILBERT, 2009).

3.1. Parâmetros de análise das diferentes visões sobre a arte rupestre

Embora a cultura material aqui em questão seja a Arte Rupestre de Palestina de Goiás, o parâmetro de análise desta dissertação se baseia em três aspectos de investigação, constituídos por três grupos de agentes sociais envolvidos neste contexto. O primeiro deles é o grupo que produziu tais pinturas; o segundo são os arqueólogos que se propõem a estudá-las e elaboram um discurso a seu respeito; e o terceiro grupo é a comunidade rural de Palestina de Goiás e sua ressignificação a ela atribuída. O fluxograma a seguir apresentado traz o esquema dessa proposta.



3.1.1. Grupo 1: produtores e/ou usuários

O primeiro aspecto da análise trata da arte rupestre levando em consideração o grupo produtor, representado no fluxograma como *grupo 1*. Nesse prisma, a análise da arte rupestre como cultura material, levando em consideração o seu grupo produtor e/ou usuários, envolve toda a simbologia e comunicação a ela inerentes em seu significado original. Dessa forma, a arte rupestre pode ser compreendida como signos que direcionaram seus usuários na comunicação entre pessoas, assim como a expressarem suas identidades. A cultura material emite mensagens, torna-se comunicação e pode ser percebida como um índice de relações sociais (HILBERT, 2009).

A seta do fluxograma que liga o *grupo1* à arte rupestre tem dois vetores para demonstrar os aspectos ativos e passivos da cultura material. Seus aspectos passivos nos parecem óbvios, inerentes a sua condição de objeto inanimado com função e significado específico e predeterminado. A cultura material, entretanto, possui seu papel ativo, pois ela pode promover mudanças sociais, marcar diferenças, reforçar a dominação e reafirmar resistências. Se não parece claro o poder ativo que a cultura material exerce sobre as pessoas, basta pensar como nossa cultura contemporânea sofre a interferência das coisas, em que possuir ou não determinados objetos influencia as relações entre as pessoas (GONÇALVES, 2007).

No fluxograma existem duas setas distintas que ligam o *grupo 1* à arte rupestre. Uma delas representa a simbologia em que podem ser lidos aspectos intencionais de comunicação. A outra representa aspectos inerentes a identidades culturais que são transmitidos de forma não intencional. Ao produzirem a arte rupestre, o *grupo 1* tinha um objetivo principal voltado para a realização do que chamamos no fluxograma de *comunicação pretendida*.

O *grupo 1* produziu os signos (que estamos chamando aqui de arte rupestre), com significado e significante específicos. Para os membros do *grupo 1* estes signos desencadeiam fenômenos psíquicos que envolvem a produção de imagens mentais associadas às representações inerentes a tais

signos para este grupo (SAUSSURE, 1978). Dessa maneira, a arte rupestre é uma cultura material na esfera da linguística e da comunicação.

No entanto, além das informações que o *grupo1* tinha a intenção de comunicar com a arte rupestre, ele também transmitiu de forma não intencional escolhas culturais relacionadas ao saber fazer, como, por exemplo, as técnicas utilizadas no processamento dos pigmentos e na execução das pinturas.

A arte rupestre é um dos únicos vestígios deixados voluntariamente pelos homens pré-históricos. É também uma manifestação cultural anterior à linguagem escrita. Modelar, gravar ou pintar sobre um suporte rochoso é uma atividade realizada desde tempos remotos e em todos os continentes (OLIVEIRA, 2009). Mesmo que tenhamos acesso aos signos e, em alguns casos, aos significantes representados, os significados estão perdidos, pois em sua essência eles só existiram para o grupo produtor.

As escolhas culturais que permearam os atos técnicos necessários à produção das pinturas rupestres estão relacionadas aos conhecimentos técnicos, saberes e fazeres transmitidos de geração a geração (técnicas, instrumentos utilizados, matéria-prima dos pigmentos). Se, por um lado, o significado das pinturas, em outras palavras, a “comunicação pretendida”, é inalcançável pela Arqueologia, os conhecimentos e técnicas de produção estão mais próximos de compreensão, tendo em vista os vestígios deixados. Arqueólogos identificaram que as pinturas rupestres de Palestina de Goiás foram executadas com pincéis e com os dedos, e que os pigmentos têm origem vegetal (PECLAT, 2011; PEÑA, 2012). Todavia, o que estamos chamando, no fluxograma de “comunicação pretendida”, não pode ser identificado por meio de pesquisas.

3.1.2. Grupo 2: os pesquisadores

O segundo aspecto desta análise está correlacionado à arte rupestre em relação ao *grupo 2* do fluxograma – os arqueólogos. Esta análise compreende a leitura que o pesquisador faz ao estudar tal manifestação cultural. O trabalho teórico desempenhado pelo pesquisador se desenvolverá por meio da construção de modelos e atribuindo significado aos resultados obtidos ao final das combinações de informações (CERTEAU, 1982).

Neste contexto, há de se considerar a perda de informações decorrentes dos desgastes antrópicos e naturais, além de aspectos simbólicos que não podem ser acessados. Segundo Gallay (1986), apesar desse limite, a arqueologia oferece a única abordagem possível para reconstituir parte do passado dos povos ágrafos, como explica:

Os povos vivem, e suas lembranças se esfumam na noite dos tempos. Existe, no entanto, um meio de reencontrá-las e parcialmente fazê-las reviver. Eles deixaram atrás de si marcas de sua passagem, vestígios, ínfimos no mais das vezes, de suas atividades. Esses vestígios constituem aquilo que se pode denominar a memória material dos povos. (GALLAY, 1986, p. 36).

Importante considerar a limitação das informações que podem ser acessadas pelo pesquisador. Gallay (1986) ressalta que um sítio arqueológico é formado pelos vestígios que permaneceram, o que depende, naturalmente, das condições de conservação, variáveis conforme a região. Soma-se a esses fatores limitantes o fato de que entre os vestígios que se conservaram (que já são só uma fração da cultura viva) apenas parte deles será identificada e recolhida pelos arqueólogos, e uma parte menor será estudada pelos arqueólogos. Logo, um grande processo de perda de informação se entrepõe ao arqueólogo e seu objeto de estudo.

No fluxograma, a seta que liga o *grupo 2* (pesquisadores/arqueólogos) à arte rupestre representa a aplicação de métodos científicos para extrair toda a informação possível do contexto arqueológico. Considerando, no entanto, a perda de informações, existem limitações intransponíveis que não permitem o acesso a certas informações. Tal seta, assim como a seta que liga o *grupo 1* à

arte rupestre, também possui duas pontas para exemplificar os aspectos ativos e passivos dessa relação. A arte rupestre, ao mesmo tempo em que é um vestígio passivo usado como objeto de estudo, também direciona interpretações e interfere ativamente na formulação de discursos do presente.

À vista disso, a partir de um conjunto de métodos e técnicas, embasados em linhas teóricas apropriadas os arqueólogos formulam discursos específicos, que se trata de interpretações da realidade, já que não é possível reproduzi-la tal qual um espelho. Esse discurso pode ou não chegar até a comunidade rural de Palestina de Goiás por meio de ações educativas.

As pesquisas arqueológicas estabelecem classificações para criar tipos e estilos de representações rupestres, padrões de dispersão espacial das figuras, dimensões, técnica de execução, entre outras informações. Tais estudos permitem aos arqueólogos a compreensão de certos aspectos e a inferência de alguns dos significados das pinturas rupestres. Contudo, o resultado será sempre uma interpretação parcial, por meio da qual se elaboram os discursos. Segundo Foucault (1997), o campo dos acontecimentos discursivos é um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das sequências linguísticas que tenham sido formuladas.

O discurso será aqui entendido como uma forma específica de entender e falar sobre determinadas situações. Tais formas não são nunca neutras nem se trata de representações idênticas à realidade. Para Hilbert (2009), ao tentar desvendar a história velada dos objetos, os arqueólogos criam um sistema classificatório com linguagem específica. Nas palavras do autor, “arqueólogos dão nomes às coisas e por meio das palavras fazem arqueologia” (HILBERT, 2009). Faz-se uma leitura do objeto tratando-o como um meio de comunicação que é estruturado em padrões ou discursos. Portanto, as “coisas” ganham significado por meio do discurso que produzem representações da realidade (HILBERT, 2009).

Os conceitos de *signo*, *significado* e *significante*, definidos por Saussure (1978), fazem parte de uma ciência geral (semiologia) que engloba a linguística e a língua. Logo, esses conceitos são aplicados às palavras que são

entendidas como signos. Contudo, signo é um conceito mais amplo que a língua; é inerente à linguagem e à comunicação. Nesta pesquisa, por exemplo, esse conceito está sendo aplicado à arte rupestre. Os signos são sempre arbitrários. A junção de determinadas letras, respeitando certa ordem, forma uma palavra sem que tais letras ou sua ordenação tenham referência direta com o seu significado e significante. Por exemplo, as letras M A R não têm ligação direta com o seu significado e significante *mar* (SAUSSURE, 1978).

Na busca de compreensão dos comportamentos dos povos pretéritos, os arqueólogos utilizam objetos do passado, criam para eles novos nomes arbitrariamente (instrumentos líticos não eram assim chamados por seus produtores ou utilizadores) e geram, por conseguinte, novos significados e significantes. Propiciam que os vestígios perdidos no tempo adquiram voz por intermédio dos textos e discursos produzidos (RICOEUR, 1994).

Dessa forma, os arqueólogos criam vários signos (termos técnicos) que dizem respeito aos seus estudos sobre objetos do passado. Tais signos, contudo, muitas vezes só têm significado e significante no meio acadêmico. Por exemplo, o termo ou signo “arte rupestre” não tem nem significado nem significante para alguns dos entrevistados da comunidade rural de Palestina de Goiás.

Na ciência arqueológica arte rupestre pode ser definida conceitualmente como “[...] todas as inscrições (pinturas ou gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões, etc.)” (PROUS 1992, p. 510). Esta definição a restringe em função do suporte rochoso e de sua imobilidade, separando-a de outras manifestações, como, por exemplo, as decorações dos vasilhames cerâmicos.

Acerca disso Oliveira (2009) assim se posiciona:

O estudo da Arte Rupestre nos coloca em uma relação de duas temporalidades: o tempo dos artistas produtores das manifestações rupestres, que chegam até nós como um signo de culturas passadas, e a interpretação desses fenômenos, feita diacronicamente pelos arqueólogos do presente, cujas análises consideram seus aspectos intrínsecos e/ou extrínsecos. Assim, a Arte Rupestre seria essa manifestação

cultural consciente, de grupos do passado, que viviam dentro de um *Umwelt* específico, interpretada pelo homem do presente, de acordo com parte da representação selecionada, de um registro que se preservou apenas parcialmente.

O discurso produzido academicamente sobre a arte rupestre foi se modificando ao longo do tempo. A variação das interpretações demonstra o caráter hermenêutico e mutável da ciência e deixa claro que seu produto, mesmo tendo sido construído com base em métodos científicos rigorosos, é só mais uma interpretação da realidade.

No século XIX a arte rupestre era interpretada como oriunda do prazer estético dos grupos pretéritos. Com a descoberta de painéis rupestres em locais de difícil acesso, juntamente com a identificação de certa coerência interna dos painéis, esta interpretação de “arte pela arte” tornou-se obsoleta. As interpretações voltaram-se então para questões de magia simpática. Gaspar (2003, p. 23) explica:

[...] segundo as reflexões encabeçadas pelo abade Henri Breuil (1877-1961) – uma autoridade em arte do paleolítico que descobriu inúmeras cavernas e registrou uma enorme quantidade de grafismos na Europa – a arte era tratada em termos de magia simpática. Os desenhos de animais teriam sido feitos com o objetivo de controlá-los na vida real.

Posteriormente as interpretações e estudos da arte rupestre sofreram grandes transformações sob a influência das inovações teóricas do estruturalismo. Esse novo prisma teórico teve origem com o linguista suíço Ferdinand de Saussure, cuja teoria revolucionou o entendimento da linguagem, ao considerá-la como um sistema de comunicação. No estruturalismo, Lévi-Strauss enfatizou que os princípios que estruturam a mente humana são uma série de oposições binárias por meio das quais é possível compreender a cultura. Roland Barthes afirma que a cultura humana é um grande código simbólico e os métodos da semiótica seriam o caminho para decifrá-lo, de acordo com os parâmetros discutidos anteriormente neste trabalho (GASPAR, 2003).

Os arqueólogos passaram a buscar, assim, os painéis rupestres por meio de sua organização estrutural interna. Anteriormente, o foco se dava na

descrição pormenorizada de cada figura isolada. Após a influência do estruturalismo e da semiótica a atenção voltou-se para o conjunto, assim como para a sua disposição no espaço. De uma perspectiva estrutural, os vestígios arqueológicos passam a ser entendidos como signos de um sistema de comunicação.

A semiótica vem sendo sistematicamente aplicada ao estudo da arte rupestre. Para Peirce (1977), a semiótica pode ser compreendida como a ciência que estuda as linguagens por meio dos signos, assim como o objeto que este signo representa e sua interpretação. Logo, na perspectiva de Pierce, cada elemento pintado do painel do sítio GO-Cp-16 é um signo, as coisas representadas (animais, homens etc.) são os objetos e a maneira como entendemos os signos é o *interpretante*. Para o autor, “a mais importante divisão dos signos faz-se em ícones, índices e símbolos” (PIERCE, 1977, p. 64).

Segundo Oliveira (2009), as interpretações sobre a arte rupestre são determinadas por escolhas feitas pelo arqueólogo. O pesquisador faz uma seleção de determinadas características do painel do rupestre para elaborar seu estudo. Para Oliveira (2009), a interpretação do arqueólogo pode ser compreendida como:

[...] um olhar para um dos aspectos das manifestações do fenômeno infocomunicacional chamado Arte Rupestre. O foco pode estar na sua imagem (como ícone), ou na sua existência física (como índice) ou dentro de uma convenção cultural (como símbolo).

Portanto, a interpretação se dará fundamentada em algum aspecto, podendo ser entendido como um ícone, um índice ou um símbolo.

Se o signo for entendido como um ícone, sua principal característica será a sua qualidade representativa. A interpretação se dará, desse modo, por meio de suas qualidades visuais. Nesse caso, os detalhes das pinturas poderiam ser observados para tentar extrair informações oriundas da qualidade visual daquele signo. Um exemplo de pesquisa com esse tipo de interpretação é de Ribeiro (2010), que realizou uma análise dos peixes representados nos

abrigos de Palestina de Goiás buscando classificá-los a partir das possíveis espécies. Como a análise se embasou na qualidade representativa dos signos, eles foram compreendidos como ícones. Ao classificar as espécies de peixes, Ribeiro (2010) pôde inferir considerações a respeito do *habitat* e da dieta alimentar do grupo estudado. Pierce (1977) assinala que por intermédio dos signos ícones é possível descobrir outras informações relativas à realidade daquele signo, nas palavras do autor:

Uma importante propriedade peculiar ao ícone é a de que, através de sua observação direta, outras verdades relativas ao seu objeto podem ser descobertas além das que bastam para determinar sua construção. Assim através de duas fotografias pode-se desenhar um mapa, etc. (PIERCE, 1977, p. 65).

Já se o signo for entendido como índice ele será interpretado como uma indicação que permite uma conexão existencial. Em uma interpretação de tais signos como índice, poderíamos dizer que, apesar de não sabermos por que esses animais estão ali representados, eles indicam sua existência na vida do grupo que produziu tais signos, provavelmente como parte da dieta alimentar. O signo como índice é uma indicação, uma conexão existencial. Entender a arte rupestre como índice, como uma indicação que estabelece uma conexão com a realidade do grupo estudado, é uma interpretação muito utilizada, pois se trata de inferências pautadas em argumentos de certa segurança plausível, pois retratar um peixe significa que este animal de alguma forma tem relação com a cultura daquele grupo.

Um símbolo possui em si um significado geral. É considerado símbolo todo signo que consegue concretizar a ideia ligada a ele. Um símbolo pode conter ícones e índices a ele associados. Segundo Pierce (1977, p. 73), “o símbolo está conectado a seu objeto por força da mente que usa o símbolo, sem a qual esta conexão não existiria”.

Os signos rupestres tiveram um papel simbólico para o grupo que os produziu e geravam em suas mentes um determinado *interpretante*. Esse aspecto simbólico, no entanto, se perdeu. Ainda assim, algumas interpretações arqueológicas se arriscam, com muita cautela, a apresentar possíveis aspectos

simbólicos. Para tanto, se utilizam de uma estrutura teórica e metodológica específica, como a etnoarqueologia e iconografias etnográficas.

Podemos compreender, dessa maneira, que existem vários vieses científicos de alcances distintos, teorias, métodos e técnicas específicos para trabalhar com a arte rupestre. Para realizar as interpretações, todavia, os cientistas precisam selecionar e fragmentar as informações além de considerar o processo de perda de informação que atinge toda e qualquer metodologia adotada. Dessa forma, dadas as limitações impostas, o resultado será sempre uma interpretação da realidade, e nunca a sua reprodução real e total da realidade vivida.

3.1.3. Grupo 3: comunidade de Palestina de Goiás

O *grupo 3* no fluxograma representa a relação entre a arte rupestre e a comunidade rural de Palestina de Goiás. Nesse prisma de análise abordaremos de que modo a comunidade compreende e se relaciona com a arte rupestre da sua região.

A análise com relação ao *grupo 3* tem duas vias: o discurso elaborado pelas pessoas com base na sua própria observação; e se elas reproduzem o discurso produzido por pesquisadores. Assim, analisaremos a maneira como é recebido o discurso produzido a respeito da cultura material arqueológica. Para além da subjetividade do pesquisador em suas escolhas, inclusões e exclusões no seu discurso, devemos levar em consideração o que Ricoeur (1994) chama de subjetividade do leitor. Na perspectiva apresentada pelo autor, a maneira como um determinado discurso é compreendido e interpretado sofre a interferência da subjetividade de quem o recebe (leitor).

Um discurso não é aceito passivamente pela plateia ou pelos leitores, pois estes interpretam e fundamentam outros significados a partir da experiência individual e cultural. Nesse sentido, o receptor não deve apenas escutar o apelo e a interpelação do dito, mas sim torná-lo significativo ao seu mundo (SOUZA, 2011).

A subjetividade da comunidade rural de Palestina de Goiás interfere para que o discurso arqueológico acerca da arte rupestre seja assimilado ou não. Como vimos, o discurso da arqueologia chega à comunidade de Palestina de Goiás por meio de ações educativas, publicações, placas informativas etc. Além dos arqueólogos que trabalham e trabalharam diretamente na área, alguns professores das escolas de Palestina de Goiás promovem o discurso científico acerca das pinturas para seus alunos, realizando inclusive visitas guiadas aos sítios arqueológicos.

Por certo, há pessoas que não tiveram acesso a tais ações educativas, embora o acesso ao discurso arqueológico não implique necessariamente sua assimilação mas seja necessário para tanto. Como vimos, nossas entrevistas mostraram que todos os entrevistados (tendo ou não participado de ações de educação patrimonial) alegaram já ter ouvido falar que as pinturas nas pedras foram feitas por grupos indígenas que ali viveram no passado. Mas, mesmo assim, muitos não compartilham dessa visão.

Barthes (1988) questiona se os discursos feitos sobre os acontecimentos do passado (comumente segregados à sanções científicas) de fato se diferem por alguma pertinência indubitável da narração imaginária. Segundo o autor, no discurso histórico da nossa civilização, o processo de significação visa sempre preencher o sentido da história. O pesquisador é entendido como aquele que reúne fatos e os relata, ou seja, organiza-os, com a finalidade de estabelecer um sentido que preencha os vazios. A estrutura do discurso, segundo Barthes (1988), é essencialmente elaboração ideológica. No discurso histórico o fato nunca tem mais do que uma existência linguística. O autor questiona sobre qual o lugar do real na estrutura discursiva, afirmando que a ciência objetiva o real, sem ser, contudo, nada mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente.

Portanto, a categoria “arte rupestre” revela-se como uma nomenclatura criada para classificar um tipo específico de manifestação arqueológica, a partir da qual serão construídos discursos. Em um sentido fenomenológico, em sua essência as pinturas e gravuras presentes nos paredões rochosos dos sítios de

Palestina de Goiás não são arte rupestre, já que essa classificação possui significância para os grupos que no tempo presente se propõem a estudar tais artefatos sem, no entanto, ter o mesmo sentido para o grupo que as produziu.

Se a comunidade local denomina de “pedra da pintura” o que nós, arqueólogos, chamamos de arte rupestre, não é possível afirmar qual classificação é a mais válida, pois ambas só possuem significado e significante em meio aos seus próprios discursos que se referem a leituras diferenciadas do mundo, e ambas não acessam o significado essencial atribuído pelo grupo que produziu tais pinturas.

Parte da comunidade rural de Palestina de Goiás entrevistada acredita que as pinturas são naturais da rocha e, por essa razão, foram feitas por Deus. Trata-se de discurso que foi elaborado com base nas observações dos processos erosivos sofridos pelo suporte rochoso das pinturas. Outro motivo que alegam para crer na origem divina das pinturas consiste em sua incredulidade na perpetuação da obra humana. Conhecimentos construídos por meio de observações empíricas são muito fortes em comunidades rurais cuja lida na terra determina essa observação. Nesta feita, o discurso que apresentam mostra-se uma interpretação da realidade que faz sentido entre eles, assim como o discurso produzido pelos pesquisadores se limita a uma interpretação da realidade, já que o fato em sua integridade é inatingível, uma miragem no horizonte.

O discurso científico é entendido como o oficial e, portanto, aceito entre os vários segmentos da sociedade e disseminado pelo Estado, o qual atribui às pinturas nos paredões a classificação de Arte Rupestre e de Patrimônio Cultural. Ao discorrermos sobre o termo Patrimônio Cultural, nos remetemos a uma gama de representações que envolvem conceitos pluralmente simbólicos, sejam eles sociais, culturais, políticos e/ou econômicos.

Os patrimônios culturais envolvem três categorias que se encontram articuladas: tempo, espaço e cultura. Podem reportar e estar abarcados de discursos e ideologias estatais, mas estão ancorados, também, em valores simbólicos sociais e subjetivos. Sua continuidade no tempo pode provocar

ressignificações, ou seja, a transfiguração de valores simbólicos: novos tempos, experiências e olhares que geram novos discursos e significados. Analisar a ligação e relação dos atores sociais com os patrimônios culturais associa-se à releitura histórico-cultural que os patrimônios provocam sobre as memórias locais, pois eles são fomentadores de construção de identidade social. Gonçalves (2005) denomina essa interação entre patrimônios e indivíduos de “ressonância”.

A “ressonância” reporta-se à dinamização e mediação entre passado e presente, ou seja, entre objetos do passado com indivíduos de tempos posteriores, como, por exemplo, entre a materialidade das pinturas rupestres de Palestina de Goiás e os atuais moradores que residem no entorno. Não se remete, nesse caso, a um discurso político, mas às experiências e confrontos entre temporalidades e grupos sociais que geram e iluminam outros valores que não somente o arqueológico.

A ressonância é construída, portanto, entre a “materialidade” e a “subjetividade”. Dessa forma, Gonçalves (2005, p. 19) considera que,

[...] nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu carácter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio.

Com isso, percebe-se que além das representações e contextualizações políticas públicas e administrativas (governamentais), ou seja, atividades exógenas aos patrimônios culturais, eles remetem também a memórias culturais de grupos sociais (LIMA FILHO, 2006, p. 21). Todavia, os patrimônios culturais provocam outras distintas representações que podem ser “construídas” ou “inventadas” a partir da “ressonância” estabelecida entre suas contextualizações temporais díspares e contatos subjetivos dos atores sociais que os experienciam.

Por isso, os questionamentos sugerem que a realidade do passado, de certa forma, se distancia do presente, uma vez que os discursos subjetivos que se formam a partir da ressonância dão margem a novos “arranjos”, “invenções”

ou “representações”, em que o passado é imaterialmente transformado e ressignificado. Pode-se entender, ainda, que o passado se aproxima do presente a partir do momento em que se observa a contribuição daquele para a formação sociocultural deste, do qual os atores sociais se apropriam para imprimir suas identidades.

Portanto, nota-se uma dialética intrínseca ao tempo, onde o passado se perpetua no presente, assim como o presente se apropria e transforma o passado. Por essa razão, percebe-se que as materialidades do passado conotam uma pluralidade de representações, pois se reportam a aspectos simbólicos distintos ao longo da sua perpetuação no tempo. Podemos citar como exemplo aspectos do cotidiano de comunidades pretéritas que teriam sido reproduzidos em blocos e paredões rochosos com o objetivo de descrever alguns elementos e atividades cotidianas e ritualísticas vividas pelos grupos sociais do passado, mas que na atualidade são visualizados pelos indivíduos como elementos cosmológicos, fazendo alusão ao sagrado/divino.

Além disso, a apropriação do passado pode se resumir a fatores culturais e econômicos, pois traz na bagagem a sua transfigurada inserção no contexto social, cujas representações vão revelar e margear novas práticas e pensamentos, podendo servir, ainda, de exploração mercadológica por meio do turismo cultural, por exemplo. Isso se deve à articulação de diferentes temporalidades com diferentes grupos sociais, que provocam (re)atualizações de contextos, discursos e modos culturais.

Os diálogos e jogos temporais, espaciais e sociais que margeiam os cenários dos patrimônios culturais dinamizam e denotam discursos que vão além de singulares perspectivas históricas, pois nota-se que a descontinuidade sociotemporal gera uma dimensão de significados complexos, a partir de cada ressonância estabelecida, sejam eles por interesses socioidentitários ou mesmo por interesses políticos e econômicos.

Esta reflexão traz à tona os valores e simbolismos que emergem a partir da experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e delas com o mundo. Isto reflete no

[...] fluxo de sentidos e imagens que o objeto dispersa no mundo que é capaz de veicular aspectos singulares das reminiscências do sujeito devaneante, pelas ações de rememorar vivências passadas e experimentar a tensão entre esquecimentos e lembranças, a partir do contato com a materialidade da coisa e os sentidos possíveis que ela encerra consigo. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 38).

Como abordado pelos autores, classificamos e atribuímos sentidos aos objetos a partir do momento em que os experimentamos. Isso pode ser observado, então, com base nas representações que margeiam os patrimônios culturais. Não podemos, todavia, deixar de apontar os domínios históricos e arqueológicos que se encontram depositados sobre os vestígios de ocupações remotas.

Cabe, assim, ao pesquisador abordar estratégias e procedimentos de pesquisa que visem mapear as diversas perspectivas e pontos de vistas que envolvem os patrimônios culturais, desde as contextualizações históricas e arqueológicas até as narrativas sociais do presente. Dessa forma, trabalha-se com o tempo e não somente com o espaço, explorando os diversos cenários históricos e simbólicos dos patrimônios culturais. Nesta linha de abordagem, a proposta da presente pesquisa concentrou-se, sobretudo, na análise das contextualizações históricas e arqueológicas das pinturas rupestres de Palestina de Goiás, assim como nas representações e sentidos que a comunidade local atualmente atribui a elas.

Considerações Finais

Ainda que os dados primários sejam confiáveis e que as interpretações estejam bem respaldadas, teoricamente uma interpretação nunca é um espelho da verdade, uma vez que se trata de exercício hermenêutico não impune às influências particulares de seu autor. Não existem considerações exatas, mesmo pautando-se na ilusória segurança das generalizações, que sejam capazes de superar as particularidades de seu contexto e lugar de origem (CERTEAU, 1982).

Ricoeur (1989) analisa criticamente o exercício da interpretação científica e considera a necessidade de recolocar a explicação e a interpretação em um único arco hermenêutico, numa concepção global da leitura como um retomar do sentido. Para o autor, enquanto a compreensão fornece o conhecimento por signos do pensamento alheio, a interpretação fornece a objetividade, em virtude da conservação que a escrita confere aos signos. Ao tentar estabelecer uma lógica da interpretação e nela buscar parâmetros científicos, percebe-se, nesta fragmentação hermenêutica, relação entre compreensão e interpretação (RICOEUR, 1989).

E se a interpretação já não busca normas de inteligibilidade na compreensão do alheio, sua relação com a explicação deverá ser também repensada. A interpretação pode ser entendida como apropriação; contudo, nesse sentido, ela continua sendo exterior à explicação que analisa estruturalmente (RICOEUR, 1989).

Esta pesquisa foi construída a partir da interpretação dos dados baseada na resposta dos entrevistados. Contudo, o que foi interpretado aqui como o discurso da comunidade de Palestina de Goiás é um fragmento de sua compreensão, é uma resposta para uma pergunta feita num momento específico. As ideias, discursos e interpretações mudam constantemente. Schmitz et al. (1984), em uma de suas obras sobre a arte rupestre de Palestina

de Goiás, mencionam que a população local acreditava que as pinturas do sítio GO-Cp-16 teriam sido feitas por gigantes. Em um tópico intitulado “Caiapônia: gigantes não, pintores criativos”, o autores dizem:

[...] o que mais se destaca no contexto da pesquisa arqueológica é o estilo de pintura rupestre, que o folclore local atribui a gigantes, mas que realmente foi produzido pelos grupos pré-ceramistas, que ocuparam os abrigos a partir dos últimos onze milênios. (SCHMITZ et al., 1984, p. 20).

É de se observar que nas entrevistas realizadas pela presente pesquisa ou nas realizadas por Lemos (2012), não houve menção a “gigantes”, nem mesmo pelos moradores mais antigos. Isso prova que a cultura é dinâmica e que os discursos elaborados para exprimir a compreensão e visão do mundo acompanham seu movimento.

No entanto, o intento da presente pesquisa transcende a compreensão e a relação da comunidade com a arte rupestre em si. O principal intuito foi colocar em pauta a discussão sobre a visão positivista e unilateral da ciência, assim como contribuir para que as pessoas entrevistadas discutissem sobre o seu patrimônio arqueológico e sentissem sua opinião valorizada, o que colabora indiretamente para a preservação dos sítios da região e o fortalecimento da identidade cultural delas. Se de fato acreditamos que a ciência não é a única forma de conhecimento, trabalhar com outras perspectivas e levar em consideração outros olhares podem ser atitudes importantes para desconstrução dos paradigmas positivistas da ciência.

A arte rupestre de Palestina de Goiás foi parte integrante e ativa da cultura material do grupo que a produziu, há cerca de quatro mil anos, e continua interferindo na vida das pessoas que hoje moram nessa região. A comunidade atual atribui significados próprios às imagens representadas nas pinturas rupestres. Segundo Pesavento (2012), as imagens são feitas para comunicar e produzir reações em quem as observa e possuem um papel que vai além da mera ilustração.

Por meio das entrevistas podemos notar que parte das pessoas conhece os sítios arqueológicos como “Pedra da Pintura” e desconhece os termos

técnicos “sítio arqueológico” e “arte rupestre”. Apesar de todos já terem ouvido falar que foram povos indígenas do passado que fizeram tais pinturas nos suportes rochosos, uma boa parcela delas acredita que as pinturas são naturais da rocha e, sendo assim, são obras divinas.

As ações educativas e o acesso às informações e resultados obtidos nas pesquisas constituem direito de todos. Não necessariamente o discurso acadêmico será assimilado. Essa busca de “conscientizar” o outro pode ser entendida como uma violência simbólica, pois considera as pessoas envolvidas como incapazes de realizar sua própria leitura da sua paisagem cultural, e o educador patrimonial seria o sujeito responsável por aclarar suas consciências obtusas (SILVEIRA; BEZERRA, 2006).

Se conseguirmos aceitar nossos discursos científicos como interpretações da realidade, podemos então aceitar o discurso da comunidade como uma interpretação legítima em seu meio e que, a seu modo, também representa a realidade.

Segundo Boaventura dos Santos a análise hermenêutica e sociológica viabiliza a reflexão sobre a verdade social da ciência moderna como meio de questionar o “conceito de verdade científico, demasiado estreito, obcecado por sua organização metódica e por sua certeza e pouco, ou nada, sensível à desorganização e a incerteza por ele provocadas na sociedade e nos indivíduos”. (SANTOS, 1989, p.49)

Mais importante do que impor conceitos científicos de pesquisas arqueológicas e do patrimônio cultural à esta comunidade seria uma reflexão sobre a origem do discurso que a comunidade formulou. Uma análise crítica poderia averiguar a hipótese de este discurso estar pautado no preconceito com os povos nativos. Temos indícios disto, por exemplo, quando eles questionam a “capacidade” dos povos nativos de fazerem alguma coisa tão duradoura. Propor caminhos éticos de diálogos para desconstrução de preconceitos seria essencial para que comunidade recebesse tudo que a arqueologia tem para contar.

Referências

- ALBERTI, V. *História oral a experiência do CPDOC*. Centro de Pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, 1989.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez.1999-fev. 2000.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- _____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BEZERRA DE ALMEIDA, M. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Revista Habitus*, Goiânia, GO, v. 1, n. 1, p. 275-296, 2003.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BORGES, C. T. *Oficina lítica de superfície GO-Cp-17 (Palestina de Goiás): atual análise, novas propostas, possíveis interpretações*. 2009. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia GO, 2009.
- BOURDIEU, P. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução: Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.115, p.139-154, 2002.
- FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: _____. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22-29.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GALLAY, A. *L'archéologie demain*. Paris: Pierre Belfont Éd., 1986. (Tradução: E. Fogaça, 2002).
- GASPAR, M. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

IBGE. Cidades. Governo Federal. 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: out. 2013.

HLBERT, K. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. *Métis: História & Cultura*, v. 8, n.16, 2011.

LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEMOS, M. M. *Patrimônio arqueológico da região sudoeste de Goiás: ações de educação patrimonial*. 2012. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia, GO, 2012.

LIMA FILHO, M. F. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. (Org.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

LONDRES, C. O Patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: _____. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 14-21.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.

MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MOURA, E. R. M. *Das mãos do passado para os olhos do presente: uma análise das imagens antropomorfas de Palestina de Goiás*. 2013. Monografia (Curso de Arqueologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

NEUMANN, M. A. *Por uma arqueologia simétrica*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

OLIVEIRA, L. D. *A arte rupestre como signo: uma abordagem semiótica do fenômeno infocomunicacional*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PARDI, M. L. F. *Relatório de Atividades do Projeto de Regularização do Uso Turístico do Patrimônio Arqueológico de Palestina de Goiás*. Cidade de Goiás, GO: Iphan/ DID/ 14ª SR/ 7ª SR, 2002.

PECLAT, T. A. C. *Sobrepondo conceitos: reflexões sobre os momentos de produção dos grafismos rupestres do sítio GO-Cp-09*. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia, 2011.

PEÑA, A. P. Múltiplas abordagens cognitivas, biológicas e conservação do sítio arqueológico GO-Cp-04, Município Palestina de Goiás. 2012. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia, 2012.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PESAVENTO, S. J. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. *Revista do Patrimônio*, Brasília, p. 397-409, 2012.

PORTELLI, A. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, 1997.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultural material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1996.

RIBEIRO, I. G. *Os peixes rupestres da região do Córrego do Ouro no Município de Palestina de Goiás*. 2010. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia, 2010.

RICOEUR, P. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés Editora, 1989.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994.

ROSSI, M. A. *Análise tecnofuncional do material lítico do sítio arqueológico GO-Cp-34*. 2015. Monografia (Curso de Arqueologia) – PUC-GO, Goiânia, 2015.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Ciência e senso comum. Introdução a uma ciência pós-moderna*, 1989.

SCHMITZ, P. I. et al. *Arte rupestre no centro do Brasil: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia*. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

SCHMITZ, P. I. et al. *Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central: Caiapônia*. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1986.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Joselet e Serge Moscovici. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, p. 128-133, 2000.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma das coisas" e a coisificação dos objetos. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, p. 37-50, 2005.

SILVEIRA, F. L. A. D.; BEZERRA, M. *Educação patrimonial: perspectivas e dilemas*. LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007.

SOUZA, J. C. *A nova hermenêutica e teoria da recepção em Jauss e Ricoeur*. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2011.

TAMASO, I. M. A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRUGOLI, J. R. H.; ANDRADE, L. T. de; PEIXOTO, F. A. (Org.). *A cidade e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas; São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília, DF, 2007.

TOCCHETTO, F. B. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2010.

VIANA, S. A. *Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto Araguaia*. Goiânia: Instituto de Pré-História e Antropologia, PUC-GO, 2006.

_____. *Patrimônio Arqueológico do Sudoeste de Goiás*. Goiânia: Instituto de Pré-História e Antropologia, PUC-GO, 2011.

_____. *Pré-História de Palestina de Goiás*. Goiânia: Instituto de Pré-História e Antropologia, PUC-GO, 2015.